



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2007

1- Enquadramento Legal

1.1 – Normas Legais Aplicáveis

Nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 68º e alínea e) do nº 2 do artigo 64º, ambos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de Prestação de Contas bem como o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação referente ao ano 2007, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea c) do nº 2 do Artigo 53º da referida Lei.

Assim e nos termos do regulamentado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o Executivo Municipal apresenta os seguintes documentos de prestação de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Mapas de Execução Orçamental;
- Anexo às Demonstrações Financeiras; e
- Relatório de Gestão.

O Balanço reflecte a situação patrimonial da autarquia, num dado momento do tempo, 31 de Dezembro de 2007, mostrando os activos do Município (os recursos de que dispõe), os passivos (o que está em dívida) e os fundos próprios.

Por seu turno, a Demonstração de Resultados reflecte o desempenho económico da Autarquia discriminando a natureza dos proveitos obtidos, bem como a natureza dos gastos necessários à sua obtenção.

Os Mapas de Execução Orçamental, com o escopo de acompanhamento desta, são constituídos pelos seguintes anexos: Controlo Orçamental da Despesa; Controlo Orçamental da Receita; Fluxos de Caixa e Operações de Tesouraria.

Os anexos às demonstrações financeiras visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações relatadas ou de outras situações com implicações financeiras relacionadas com o exercício em apreciação.

Por último, Relatório de Gestão, é um documento de prestação de contas que traduz de forma sucinta a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano no ano financeiro de 2007.



Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

A Resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, publicada no D.R. nº 191, II Série, de 18 de Agosto de 2001, determina ainda que os documentos de prestação de contas a apresentar pelas Autarquias Locais cujo movimento anual de receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Acta de reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal de responsáveis.

Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.

2 – O Município de Porto de Mós

2.1 – Vila, sede de Concelho

Porto de Mós constitui sede de um Município com o mesmo nome.

2.2 – Identificação

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2480-851 Porto de Mós, contribuinte fiscal nº 505586401, telefone nº 244 499600 e fax nº 244 499601. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos das populações do Concelho de Porto de Mós.

2.3 – Legislação

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, consubstanciada pelas competências estabelecidas na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

2.4 – Situação geográfica, população e constituição

Pertence ao distrito de Leiria, está inserido na zona geográfica designada por “Pinhal Litoral”, abrangendo um vasto território com uma área de 264,26 km². Tem uma população de 24.271 habitantes (censos de 2001), distribuída por treze freguesias – Alqueidão da Serra, Alcaria, Alvados, Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, Serro Ventoso, São Bento, São João, São Pedro.



2.5 – História (pequeno resumo)

Portus Molarum (porto das mós) parece ser o fundamento toponímico desta vila cuja origem é bastante remota, de acordo com os achados arqueológicos que atestam, por exemplo, a presença do povo romano por estas terras, constituindo-se o troço da Estrada Romana do Alqueidão da Serra como um itinerário obrigatório a percorrer, ilustrativo deste legado.

A “...vila forte...”, como Camões a designa na estância 16 do canto VIII d’ “Os Lusíadas”, está intrinsecamente associada à figura lendária de D. Fuas Roupinho, alcaide-mor do castelo desta terra. Fortaleza rara do género, em virtude dos seus cinco torreões, o castelo de Porto de Mós, cuja construção se prevê ser do século XII, evidencia uma arquitectura militar, de inspiração gótica e renascentista, mais tarde adaptada a paço senhorial.

Do património edificado é de destacar, ainda, as muitas igrejas e capelas que proliferam por todo o concelho, com destaque para a capela de São Jorge, do século XIV, mandada edificar por D. Nuno Álvares Pereira, como símbolo da batalha entre portugueses e castelhanos, a Igreja do Juncal, do século XVIII, ornada de painéis de azulejos fabricados na Real Fábrica de Cerâmica do Juncal, a frontaria da antiga Igreja da Misericórdia, do século XVI, a actual Igreja de São Pedro, antigo Convento do Bom Jesus, do século XVII, e a Igreja de São João que, apesar das várias intervenções, conserva um portal românico digno de nota.

Porto de Mós tem ainda a peculiaridade de aliar o património histórico ao património rural e natural. A sua localização geográfica, em pleno Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, conhecido pelas suas características geológicas, onde falhas, escarpas, afloramentos rochosos e grutas constroem uma paisagem agreste única, constitui um convite à descoberta, associando o turismo de natureza à prática de desportos ao ar livre.

2.6 – Economia (resumo das principais actividades)

2.6.1 – Indústria

Porto de Mós tem uma actividade industrial significativa e muito diversificada. Assume especial relevância a indústria extractiva da pedra e a sua transformação, mas outras indústrias com expressão significativa existem no Concelho, como a do fabrico da telha e outros produtos em barro vermelho, a construção civil, os têxteis e a metalomecânica. A indústria dos moldes, dos plásticos e outros de produtos sintéticos também marcam presença no Concelho e assumem uma importância especial pela sua forte componente tecnológica e carácter inovador.

A agricultura e a pecuária, não têm hoje o fulgor de outros tempos, mas são ainda actividades com uma expressão significativa em algumas zonas do Concelho. A produção de maçã e a suinicultura / bovinicultura são exemplos da tradição que se mantém.

2.6.2 – Comércio

O sector da distribuição e do pequeno comércio tradicional regista hoje dificuldades de vária ordem.



No âmbito do chamado comércio moderno, existem algumas superfícies comerciais de média dimensão no Concelho e estão outras em fase de abertura e de construção. Existe ainda uma unidade comercial de grande dimensão em fase de licenciamento das suas instalações na área do Concelho.

2.6.3 – Turismo

O Município de Porto de Mós, possui um vasto património histórico, natural e paisagístico. A par desta riqueza herdada do passado, tem sido preocupação deste Executivo Municipal preservar o património diversificado instalado e potenciar, na medida do possível, todas as condições locais apoiando as infra-estruturas existentes e encorajando novos investimentos na área.

Porto de Mós situa-se junto de um dos principais eixos do turismo religioso e monumental. Esta posição geográfica aliada ao facto de possuir no seu território um Parque Natural, leva a região a beneficiar de sinergias geradoras de mais valias neste sector de actividade e a fundamentar expectativas animadoras quanto ao futuro desta indústria na área do Município.

2.7 – Estrutura Organizacional

2.7.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal

A estrutura organizacional actual da Câmara Municipal de Porto de Mós foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 30 de Abril de 2004.



Organigrama

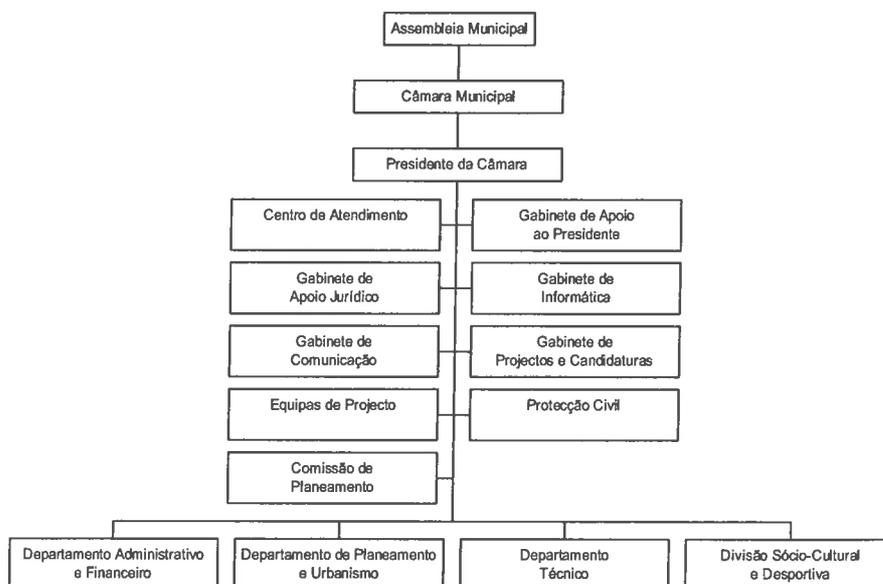


Imagem 1: Organigrama Geral da Câmara Municipal de Porto de Mós

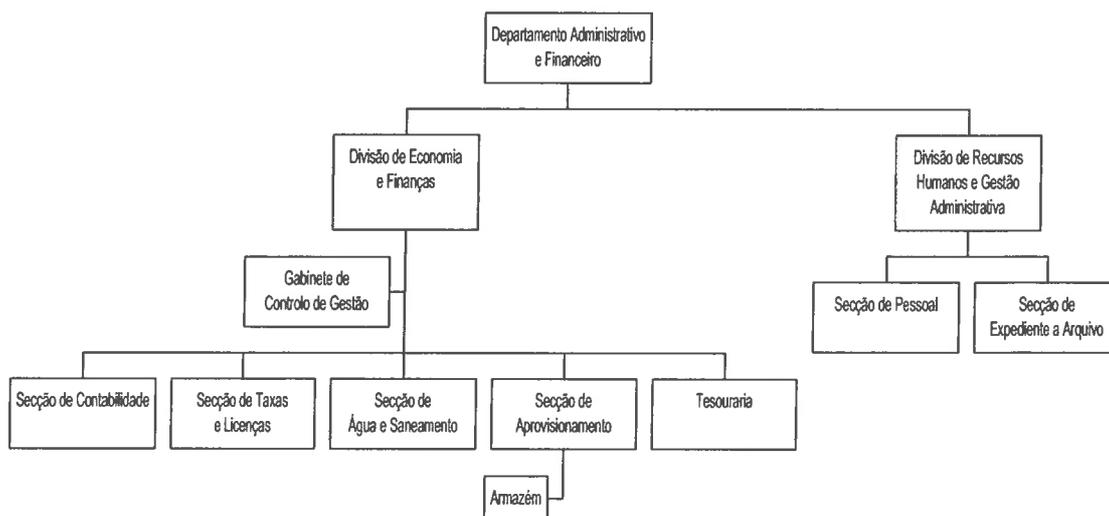


Imagem 2: Organigrama do Departamento Administrativo e Financeiro

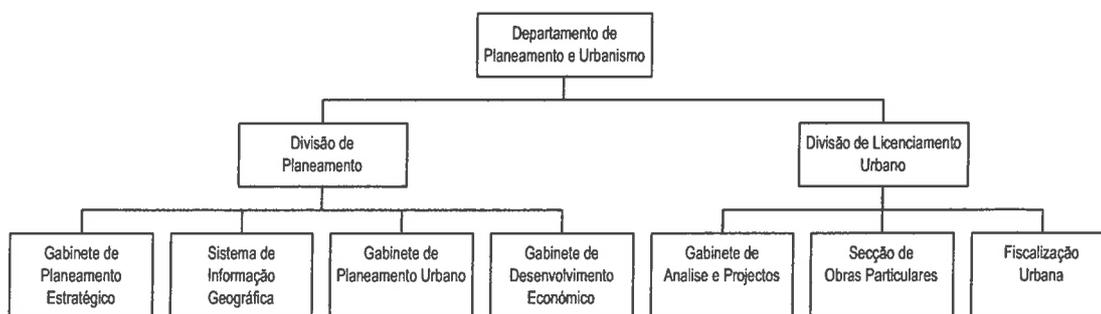


Imagem 3: Organigrama do Departamento de Planeamento e Urbanismo

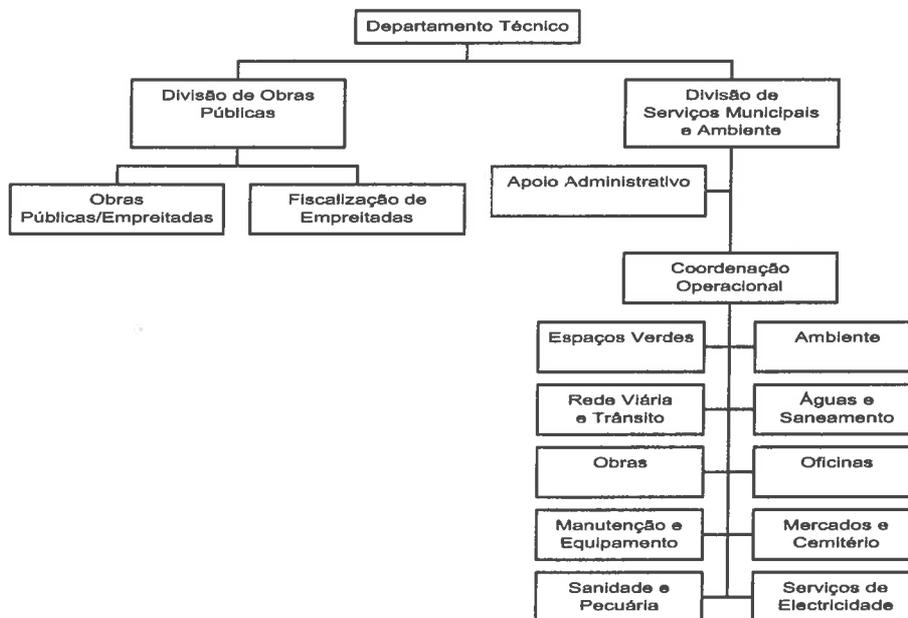


Imagem 4: Organigrama do Departamento Técnico

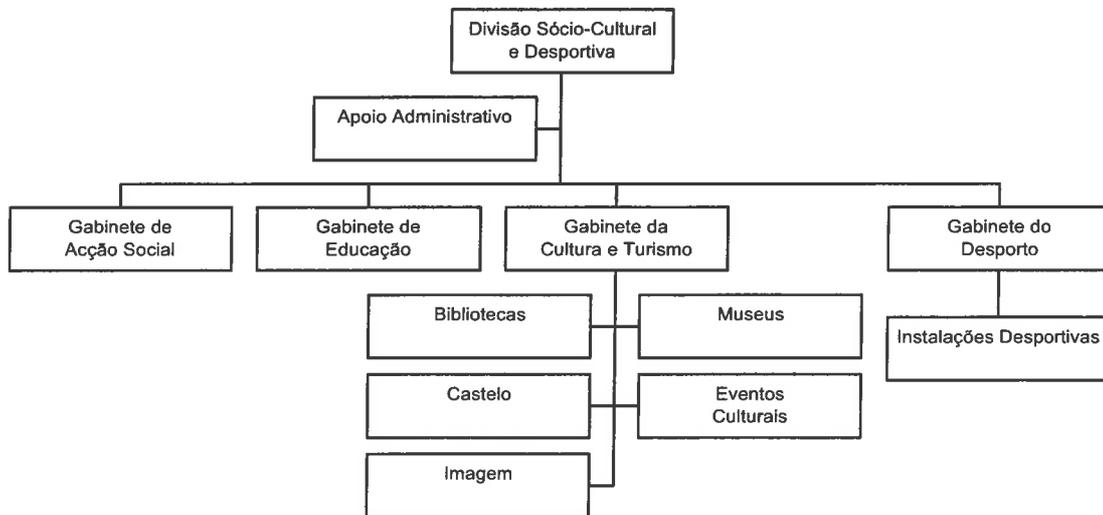


Imagem 5: Organograma da Divisão Sócio-Cultural e Desportiva

2.7.2 - Descrição Sumária das Actividades

É atribuição dos Municípios e nos termos do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, o desenvolvimento de actividades que estão associadas à satisfação das necessidades das populações nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Policia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei nº 42/98, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais, actualmente revogada pela Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro.



2.7.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2007 a 31/12/2007 o Órgão Executivo foi composto por:

- Presidente – João Salgueiro;
- Vereador a Meio Tempo – Albino Pereira Januário;
- Vereador a Tempo Inteiro – Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves;
- Vereador a Tempo Inteiro – Jorge Manuel Vieira Cardoso;
- Vereador – António José Jesus Ferreira;
- Vereador – Irene Maria Cordeiro Pereira;
- Vereador – João José Conceição Almeida.

2.7.4. – Organização Contabilística

O regime contabilístico adoptado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adoptado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.



3 – SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2007

3.1 – O segundo exercício económico de um mandato de quatro anos

O actual Executivo iniciou funções em 02.11.2005. O primeiro exercício do seu mandato (2006) consistiu, principalmente, numa forte preocupação em combater situação herdadas e procurar criar condições para o desenvolvimento integrado desejado no nosso Concelho. Este segundo exercício económico (2007), pode dizer-se em síntese, que foi cumprido a desenvolver e a consolidar muitas das acções iniciadas no ano transacto e a iniciar outras que consideramos decisivas na prossecução da sustentabilidade do desenvolvimento futuro e dos objectivos traçados para o cumprimento do programa eleitoral sufragado em Outubro de 2005.

3.2 – Objectivo Estratégico

Os objectivos traçados para este ano foram, de um modo geral, atingidos. O desenvolvimento integrado e sustentado foi, desde a sua tomada de posse, uma preocupação deste Executivo e continuou em 2007. Todavia, este grande objectivo estratégico só será plenamente alcançado se a aplicação dos recursos financeiros, técnicos e humanos, for criteriosa, cuidada de forma a contemplar todos os sectores em que intervém o Município, privilegiando sempre as áreas que se encontram mais carenciadas e distantes daquilo que consideramos serem as legítimas aspirações e necessidades do Concelho e dos Municípes. No ano de 2007 deram-se passos decisivos no longo caminho que se tem de percorrer permanentemente para estar cada vez mais perto deste objectivo.

3.3 – Alguns Indicadores de Desempenho

3.3.1 - Despesa de Investimento

O investimento voltou a subir em 2007. O crescimento foi de 4,31%, face a 2006 e de 22,78% relativamente a 2005.

Este investimento incidiu em todas as áreas que decisivamente concorrem para o desenvolvimento harmonioso e integrado que pretendemos para o Concelho.

Na indústria, continuou a ampliação do Parque Industrial de Porto de Mós e as propostas de instalação de empresas ultrapassaram as melhores expectativas nessa área, tal como aconteceu nos Parques de Mira de Aire e do Juncal.

Na requalificação urbana houve muitas intervenções ao nível, nomeadamente, de zonas degradadas, passeios para peões e alcatroamentos.

As comunicações e acessibilidades não foram esquecidas, tendo havido abertura e melhoramentos em várias vias de acesso, asfaltamentos e negociações para aberturas de novas artérias.

A rede de distribuição de água foi aumentada e reforçada. Desenvolveu-se a rede de saneamento em vários locais e iniciou-se noutras localidades.

Na educação, destacamos a abertura de novas escolas e a criação de condições de outras e remodelação de pólos escolares, no cumprimento das reformas emanadas da Administração Central nesta área.



Na cultura destacamos os projectos e os concursos das obras do “Espaço Jovem”, em Porto de Mós, e da Casa da Cultura, em Mira de Aire.

Na área do desporto, salientamos o grande avanço da construção do Pavilhão Desportivo do Juncal e do Campo de Futebol em Relva Sintética, em Porto de Mós, para além dos significativos apoios transferidos para as Associações do sector a título de investimento.

3.3.2 – Despesa Corrente

- A contenção e racionalização da despesa corrente foi igualmente outra preocupação no ano em apreciação de 2007.
- Globalmente e em valor absoluto, a despesa corrente, subiu 6,67% relativamente a 2006, e 2,59% face a 2005.
- O valor do rácio Despesa Corrente vs Despesa Total, subiu 0,48%, relativamente a 2006 e desceu 3,68%, face a 2005.
- O esforço empreendido pelo Executivo da Autarquia na contenção da despesa corrente não pode ser hoje, e provavelmente no futuro, medido pelo peso percentual da Despesa Corrente na Despesa Total, sem ter em atenção muitas outras variáveis que entretanto surgiram na vida das autarquias e que afectam decisivamente esta relação de valores. Neste contexto salientamos a transferência de novas competências impostas pela Administração Central. Mais à frente neste relatório dar-se-ão alguns exemplos disso.
- Cada vez mais o melhor meio para medir o desempenho do Executivo nesta área será verificar até que ponto é que houve capacidade da gestão para afectar receita corrente a despesa de investimento. Em 2007 a receita corrente superou a despesa corrente em 1.103.146.44 €. Os “Indicadores Gerais da Actividade” que se encontram em quadro apropriado na pág.34, serão certamente um instrumento dos mais importantes para avaliar o desempenho da gestão de qualquer Executivo Autárquico.

3.3.3 – Controlo e Execução Orçamental

O rigor e a disciplina orçamental foram preocupações presentes nas decisões tomadas em 2007. Esse facto pode ser comprovado pelo número de modificações orçamentais que voltou a descer 20% em 2007, face a 2006 e 56% relativamente a 2005. A dinâmica da gestão Municipal, que hoje existe, conduz à necessidade de várias modificações orçamentais. Não obstante tudo isso, foi possível responder atempadamente às necessidades da gestão corrente, respeitar obrigações legais e regulamentares e manter o controlo orçamental imprescindível em qualquer gestão moderna. As taxas de execução da receita e da despesa tiveram igualmente um desempenho positivo comparativamente a exercícios anteriores.

3.4 – Síntese da Situação da Análise Económica e Financeira

3.4.1 – Demonstração de Resultados

- O Activo Líquido subiu para 34.634.828,10€, registando uma subida percentual de 5,36% face a 2006 e 8,02% comparativamente com 2005.



- Os Fundos Próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em 25.401.994,98 €, traduzindo uma subida de 7,64% em relação a 2006 e de 17,56% face a 2005.
- O Passivo Total continuou a tendência de descida e fixou-se em 31.12.2007 em 9.232.833 €, o que reflecte uma variação percentual de menos 0,45% face a 2006 e de 11,7% em comparação com 2005.
- Nos Resultados Líquidos houve uma pequena variação negativa relativamente a 2006 no valor de 187.496 € e uma variação positiva face a 2005 no valor de 1.779.330 €.

3.4.2 – Alguns Indicadores Económico-Financeiros

Pelos Indicadores Económico-Financeiros, constantes da pág.37, deste Relatório, constata-se que, todos eles tiveram uma evolução positiva. Destacamos aqui apenas os seguintes:

- A “Liquidez Geral” subiu de 54,13% em 2005 para 98,60% em 2006 e para 174,12% em 2007.
- A “Liquidez Imediata” subiu de 12,87% em 2005 para 19,90% em 2006 e para 40,50% em 2007.
- O “Índice de Solvência” desceu de 18,07% em 2005 para 13,43% em 2006 e para 11,93% em 2007.
- A evolução positiva destes indicadores permitiu influenciar decisivamente a redução da dívida de curto prazo que baixou de 3.421.785 € em 2005 para 1.966.534 € em 2006 e para 1.371.412 € em 2007.
- Outra consequência da evolução referida traduziu-se na redução dos prazos de pagamento que passaram de 100d em 2005 para 56d em 2006 e para 35d em 2007.

3.5 – Recursos Humanos

3.5.1 – Efectivos

O exercício de 2007 terminou com um total de 293 colaboradores ao serviço do Município. Constata-se que houve uma redução de pessoal em 2007 de 19 unidades, relativamente a 2006 e de 43 unidades face a 2005. A redução de efectivos verificada insere-se na necessidade de contenção e racionalização da despesa corrente e, ainda, na obrigação de cumprir directrizes da Administração Central neste domínio.

3.5.2 – Despesas Com o Pessoal

As despesas com o pessoal mantiveram a tendência de descida já verificada no ano anterior, ou seja, voltou-se a registar uma redução percentual de 1,04%.



Não obstante os aumentos de vencimentos verificados, a massa salarial desceu, em valor absoluto cerca de 40.000,00 € em 2007, em comparação com 2006, e cerca de 82.500,00 € face a 2005.

3.5.3 – Absentismo

A evolução do absentismo foi negativa, ou seja este rácio relativo aos Recursos Humanos, manteve a tendência de crescimento muito por efeito de alguns casos registados de doença prolongada e da legislação laboral em vigor.

4 – Objectivos do Relatório de Gestão do ano de 2007

O presente relatório, traça as linhas de orientação e síntese da actividade desenvolvida e tem por objectivo:

- a) Apresentar a situação económica relativa ao exercício analisando os níveis de execução conseguidos nos domínios das receitas e das despesas, bem como a evolução da gestão nos diversos sectores de actividade, designadamente no que diz respeito ao investimento;
- b) Analisar a situação financeira da Autarquia Local com a apresentação de indicadores de gestão apropriados;
- c) Analisar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de e a terceiros nos últimos três anos;
- d) Apresentar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício;

5 – Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2007 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 29/11/2006 e da Assembleia Municipal em 22/12/2006. No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa.

5.1 – Controlo Orçamental, Modificações Orçamentais

Durante o ano 2007 efectuaram-se 8 Modificações Orçamentais. As Modificações Orçamentais são constituídas por alterações e revisões. No exercício de 2007 verificaram-se 7 alterações e 1 revisões orçamentais.

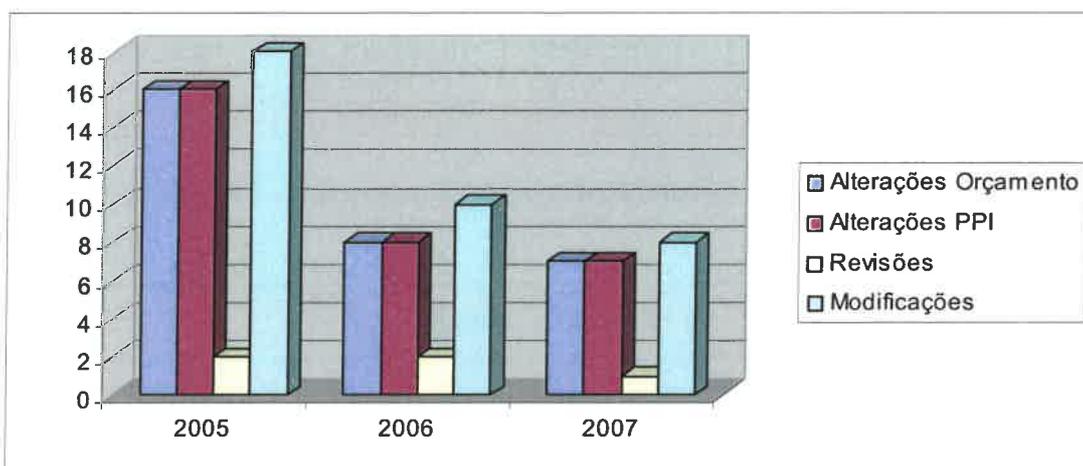
As alterações efectuadas destinaram-se ao reforço de dotações das Gop's e do Orçamento de despesa.

A revisão efectuada destinou-se à inclusão do Saldo da Gerência Anterior de 2006.



O quadro e gráfico seguintes revelam a evolução das modificações orçamentais.

Anos	Alterações		Revisões	Modificações
	Orçamento	PPI		
2005	16	16	2	18
2006	8	8	2	10
2007	7	7	1	8



A redução verificada no número de modificações orçamentais, face aos exercícios anteriores, revela um forte controlo sobre o orçamento inicialmente aprovado pela Assembleia Municipal e reveste-se de grande importância dada a racionalização e disciplina na utilização das verbas previstas. O Executivo empenhou-se nesse esforço, embora sabendo que um orçamento está hoje sujeito a várias alterações no contexto de uma gestão moderna e dinâmica.

5.2 – Execução Genérica do Orçamento da Receita e da Despesa do Ano 2007 e a sua Evolução

A comparação entre o Orçamento Inicial, Final e Executado, permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume das receitas efectivamente arrecadado.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita e da despesa total de 77,46 % e 76,58 % respectivamente.

Estes rácios traduzem assim a capacidade de realização das receitas e despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efectivamente pagos e da receita efectivamente cobrada.



2007					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa Paga)	Desvio Executado - Final	Taxa Execução
<i>Receita</i>					
-Corrente	12.901.115,00	12.901.115,00	11.365.727,68	- 1.535.387,32	88,10%
-Capital	6.309.214,00	6.408.214,00	3.587.714,22	- 2.820.499,78	55,99%
-Outras receitas	-	17.642,94	17.547,71	- 95,23	99,46%
Total	19.210.329,00	19.326.971,94	14.970.989,61	- 4.355.982,33	77,46%
<i>Despesa</i>					
-Corrente	10.518.297,00	11.902.210,32	10.262.581,24	- 1.639.629,08	86,22%
-Capital	8.692.032,00	7.424.761,62	4.538.617,46	- 2.886.144,16	61,13%
Total	19.210.329,00	19.326.971,94	14.801.198,70	- 4.525.773,24	76,58%

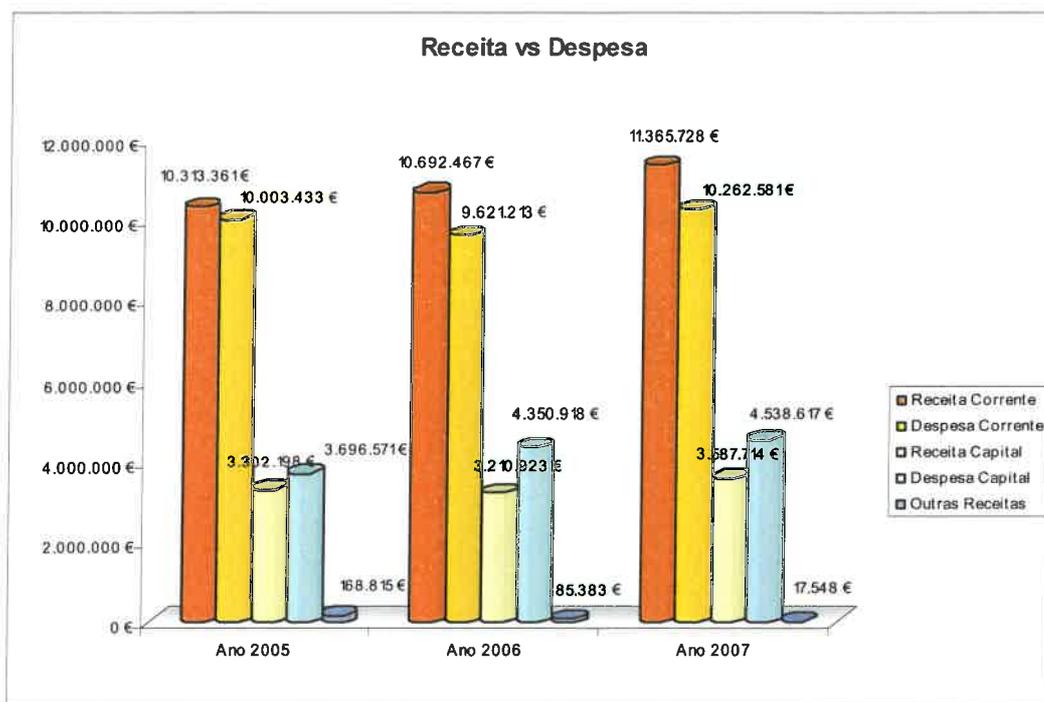
O quadro seguinte reflecte a evolução das taxas de execução do Orçamento nos últimos 3 anos.

Taxas de Execução			
Designação	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007
<i>Receita</i>			
-Corrente	78,62%	89,11%	88,10%
-Capital	44,42%	55,66%	55,99%
-Outras receitas	98,87%	100,02%	99,46%
Total	66,52%	78,36%	77,46%
<i>Despesa</i>			
-Corrente	77,82%	82,56%	86,22%
-Capital	46,99%	70,18%	61,13%
Total	66,11%	78,26%	76,58%

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, nomeadamente ao nível das receitas correntes que atingiram 11.365.727,68 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 88,10 %. As receitas de capital registaram um desempenho menos eficaz tendo-se cobrado 3.587.714,22 euros, representando uma taxa de execução de 55,99%.

Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as despesas correntes tiveram um nível de execução de 86,22%, enquanto que as despesas de capital apresentaram uma taxa de execução de 61,13 %.

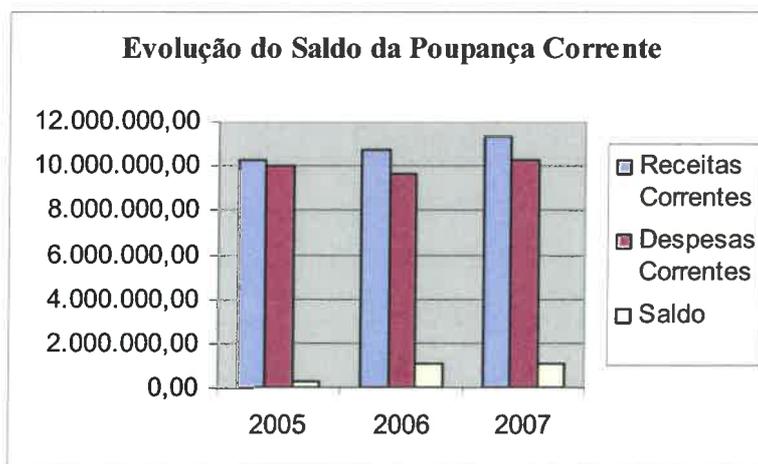
O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura da evolução da receita e despesa no período de 2005 a 2007.



O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, resultando numa evolução contínua e sustentada das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes, traduzindo uma situação favorável.

Ao nível da execução orçamental foi possível realizar uma poupança corrente efectiva de 1.103.146,44 euros, valor destinado a financiar 24,31% das despesas de capital.





5.3 – Orçamento da Receita

5.3.1 – Execução da Receita



A estrutura e a execução da receita do ano 2007 encontram-se representadas no quadro abaixo.

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobr. Brutas	Desvio	Grau Exec. Receita (%)
Impostos directos	2.226.209,00 €	2.617.453,33 €	391.244,33 €	117,57%
Impostos indirectos	238.956,00 €	214.696,23 €	- 24.259,77 €	89,85%
Taxas, multas e outras penalidades	304.869,00 €	325.092,19 €	20.223,19 €	106,63%
Rendimentos da propriedade	1.357.050,00 €	816.215,40 €	- 540.834,60 €	60,15%
Transferências correntes	5.237.446,00 €	5.097.820,61 €	- 139.625,39 €	97,33%
Venda de bens e serviços correntes	3.508.535,00 €	2.275.547,15 €	- 1.232.987,85 €	64,86%
Outras receitas correntes	28.050,00 €	18.902,77 €	- 9.147,23 €	67,39%
Venda de bens de investimento	1.539.500,00 €	268.021,57 €	- 1.271.478,43 €	17,41%
Transferências de capital	4.046.142,00 €	2.842.102,65 €	- 1.204.039,35 €	70,24%
Passivos financeiros	822.472,00 €	477.590,00 €	- 344.882,00 €	58,07%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00 €	904,77 €	- 95,23 €	90,48%
Saldo Orçamental	16.642,94 €	16.642,94 €	0,00 €	100,00%

Nota: Valor percentual calculado relativamente às Receitas Cobradas Brutas

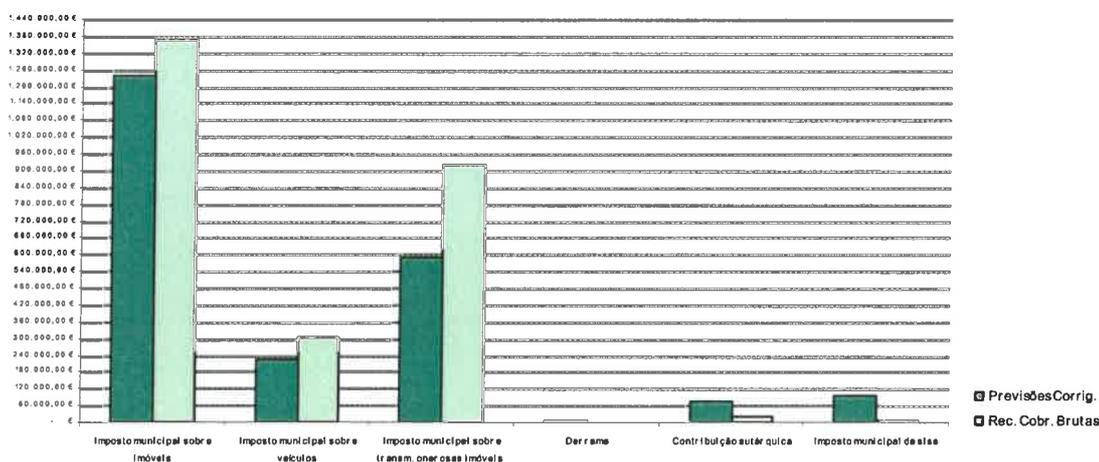


5.3.2 – Receita Corrente do Ano de 2007

As receitas correntes atingiram o montante de 11.365.727,68 euros e foram alimentadas sobretudo pelos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas Imóveis (I.M.T.)), pelo Orçamento de Estado (FGM, FCM e FBM) e pela Venda de Bens e Serviços Correntes.

Pelo quadro anterior, podem verificar-se graus de execução muito perto e superiores a 100 %, o que é bastante satisfatório relativamente às previsões efectuadas aquando da elaboração do orçamento para o ano 2007, o que revela uma rigorosa previsão das receitas correntes.

Impostos Directos



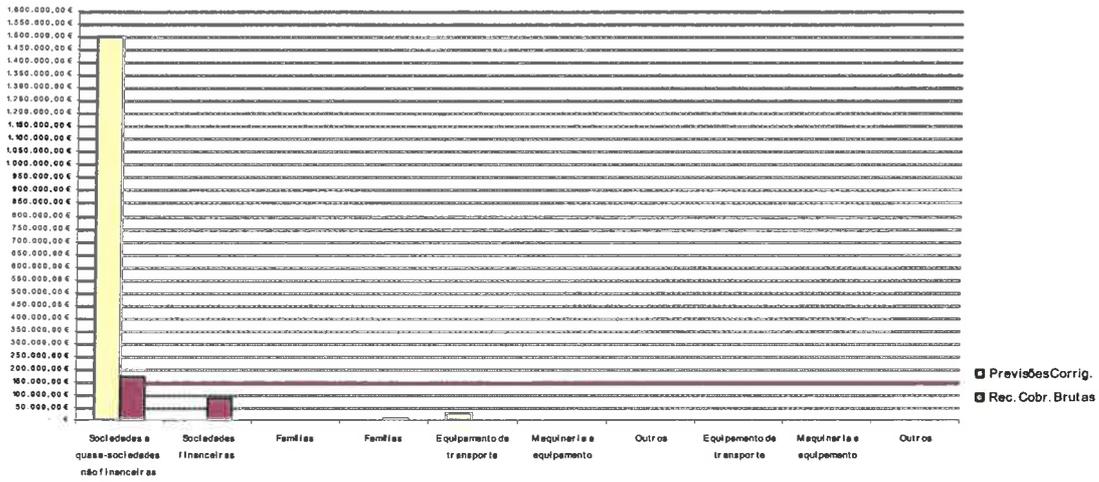
5.3.3 – Receita de Capital do Ano de 2007

As receitas de capital atingiram em 2007 o montante de 3.587.714,22 euros, tendo-se verificado um acréscimo em valor absoluto de 376.791,01 euros, relativamente ao ano anterior, o que corresponde a um aumento 11,73%.

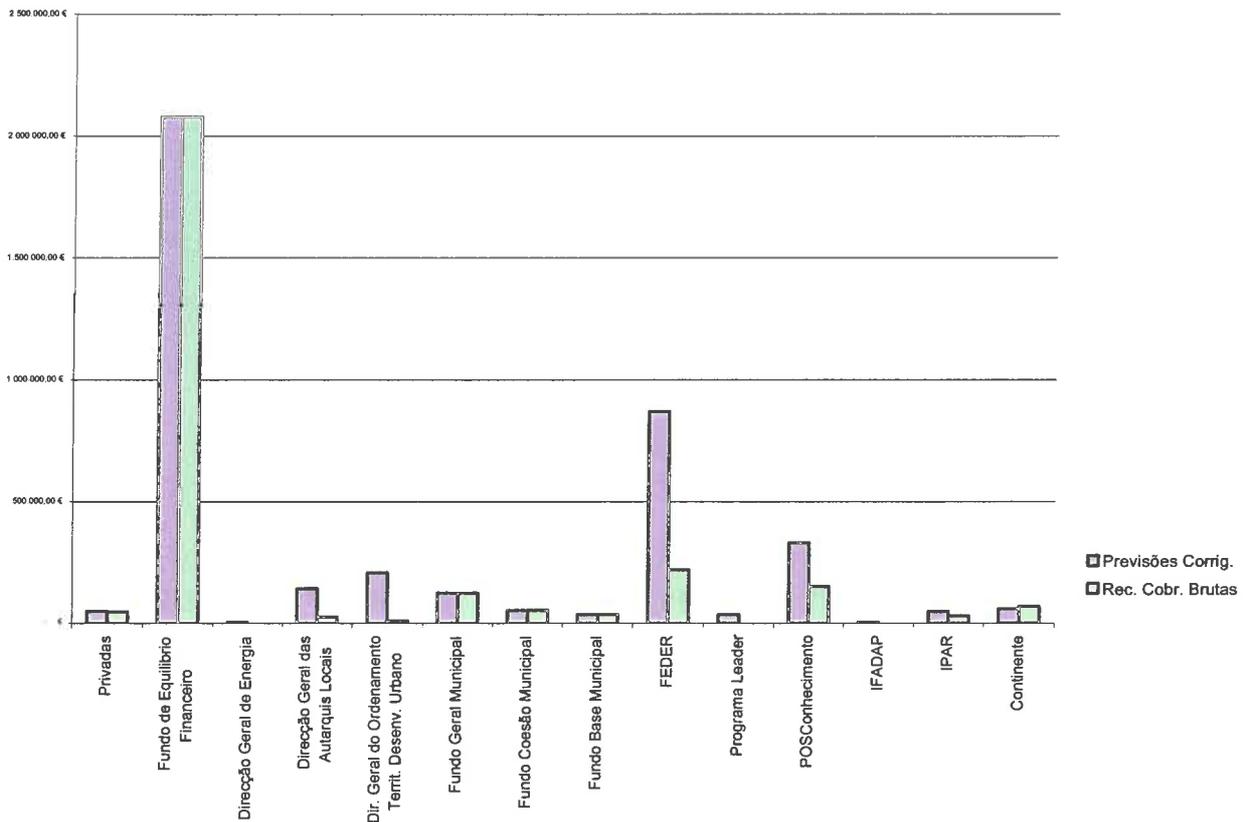
A receita de capital é constituída essencialmente pela venda de bens de investimento, transferências de capital e passivos financeiros. A estrutura da receita de capital está evidenciada nos gráficos que se seguem.



Venda de Bens de Investimento

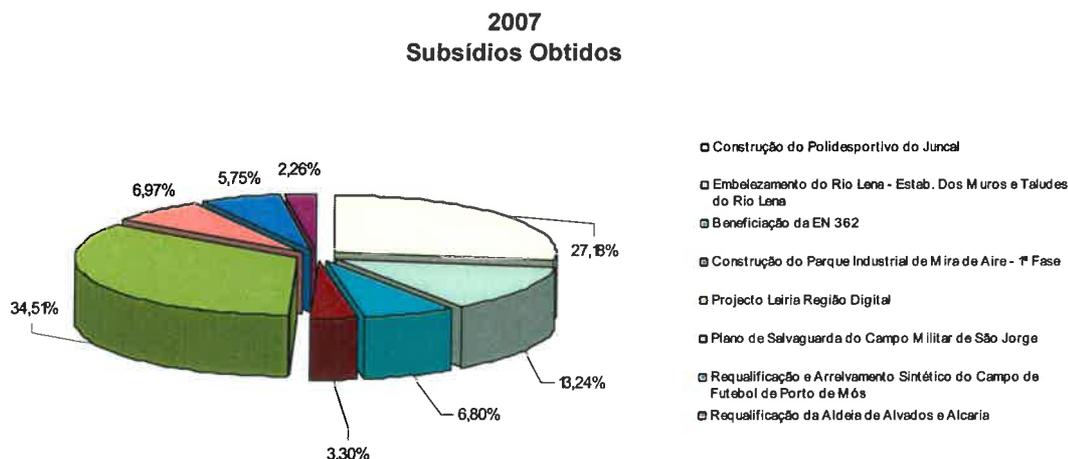


Transferências de Capital





Das transferências de capital obtidas, uma parte refere-se a subsídios ao Investimento conforme está evidenciado no mapa seguinte:



5.3.4 – Evolução da Receita Obtida nos Últimos Três Anos (2005, 2006 e 2007)

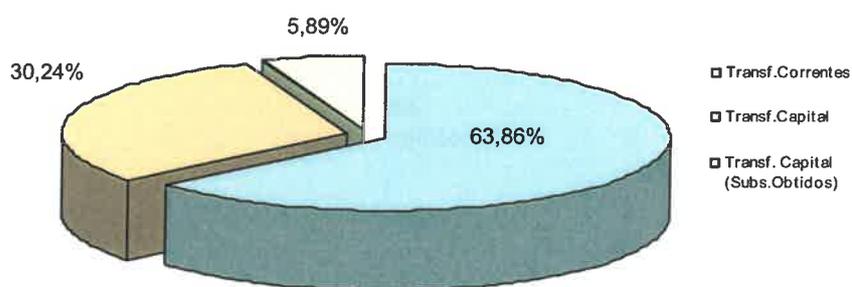
O quadro seguinte evidência a evolução das receitas nos últimos três anos, bem como o comportamento de cada uma das componentes da receita corrente e de capital.

Cap.	DESIGNAÇÃO	Receita Cobrada Bruta (euros)			Taxa Variação de 2007 em relação a 2005	Taxa Variação de 2007 em relação a 2006
		2005	2006	2007		
01	Impostos directos	2.256.197,67	2.615.508,90	2.617.453,33	16,01%	0,07%
02	Impostos indirectos	265.900,33	225.900,62	214.696,23	-19,26%	-4,96%
04	Taxas, multas e outras penalidades	314.715,22	295.355,79	325.092,19	3,30%	10,07%
05	Rendimentos da propriedade	594.646,70	828.065,46	816.215,40	37,26%	-1,43%
06	Transferências correntes	4.555.062,81	4.486.794,38	5.097.820,61	11,92%	13,62%
07	Venda de bens e serviços correntes	2.318.135,18	2.226.868,03	2.275.547,15	-1,84%	2,19%
08	Outras receitas correntes	8.702,60	13.974,07	18.902,77	117,21%	35,27%
09	Venda de bens de investimento	1.458,99	56.692,50	268.021,57	18.270,35%	372,76%
10	Transferências de capital	3.200.739,35	2.914.323,71	2.842.102,65	-11,20%	-2,48%
11	Activos financeiros	-	-	-	-	-
12	Passivos financeiros	100.000,00	239.907,00	477.590,00	377,59%	99,07%
13	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	784,1	1.013,96	904,77	15,39%	-10,77%
16	Saldo da gerência anterior	168.030,41	84.369,20	16.642,94	-90,10%	-80,27%
	TOTAL	13.784.373,36	13.988.773,62	14.970.989,61		

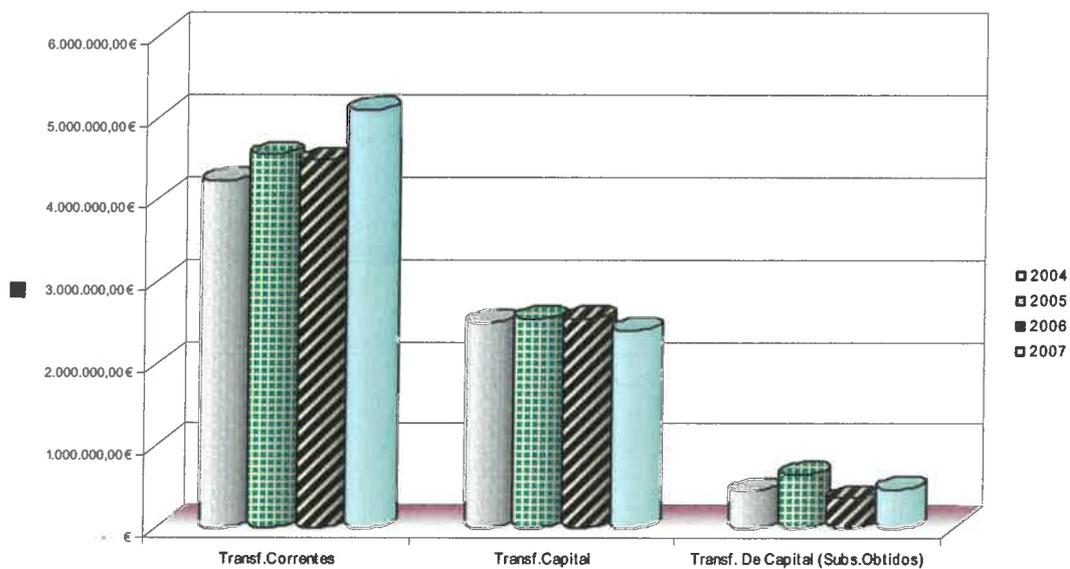
Do conjunto dos capítulos da receita têm cada vez maior peso as transferências correntes e de capital. As primeiras revelam uma nítida tendência para o crescimento, enquanto que as segundas se mantiveram mais ou menos estáveis ao longo do triénio.



Ano 2007 Transferências Obtidas



Evolução do Valor das Transferências Obtidas





5.4 - Orçamento de Despesa

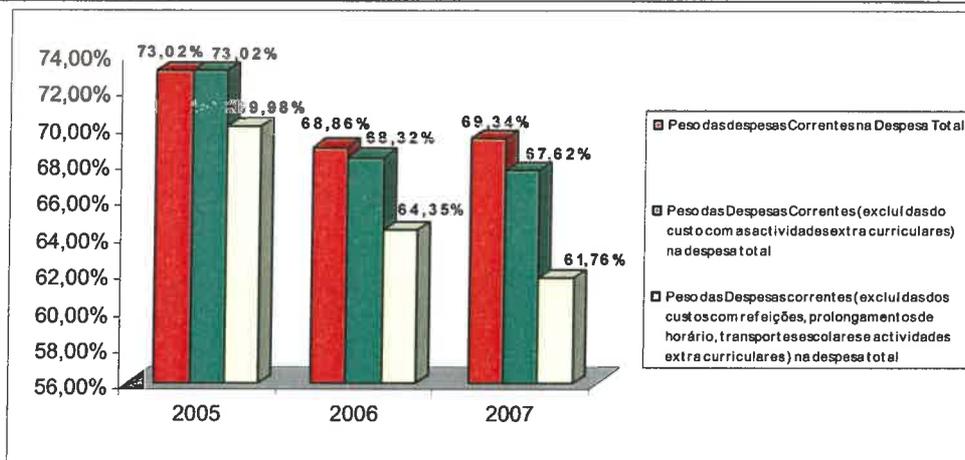
5.4.1 – Evolução da Despesa Corrente

Evolução Despesas Correntes	Ano 2005	Ano 2006	Taxa de Variação 2005/2006	Ano 2007	Taxa de Variação 2006/2007
01 - Pessoal	3.905.583,74	3.863.324,08	-1,08%	3.823.194,22	-1,04%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	4.556.156,40	4.622.607,71	1,46%	5.325.615,30	15,21%
03 - Juros e Outros Encargos	52.799,11	59.442,45	12,58%	89.726,13	50,95%
04 - Transferências Correntes	1.318.844,05	923.589,75	-29,97%	828.066,51	-10,34%
05 - Subsídios					
06 - Outras Despesas Correntes	170.050,02	152.248,42	-10,47%	195.979,08	28,72%
Total	10.003.433,32	9.621.212,41	-3,82%	10.262.581,24	6,67%

O quadro anterior mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2005 / 2007. A despesa corrente teve um crescimento de 6,67 %, resultante sobretudo da aquisição de bens e serviços que teve um aumento de 703.007,59 euros (15,21%) relativamente ao ano anterior. Com o objectivo de melhor explicar estes aumentos, importa individualizar algumas rubricas da aquisição de bens e serviços que registaram um grande aumento relativamente ao ano anterior.

Assim, verifica-se que embora se tratem de despesas correntes parcialmente participadas pela Administração Central, o custo do fornecimento de refeições dos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico teve um acréscimo 61,83 %, bem como os prolongamentos de horário, que registaram um acréscimo de 78,08% e dos encargos com os transportes escolares que sofreram um aumento de 51,68 %.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente desde 2005. Este aumento de actividade resulta, não só da transferência de novas competências com a iniciação das actividades extra curriculares, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.



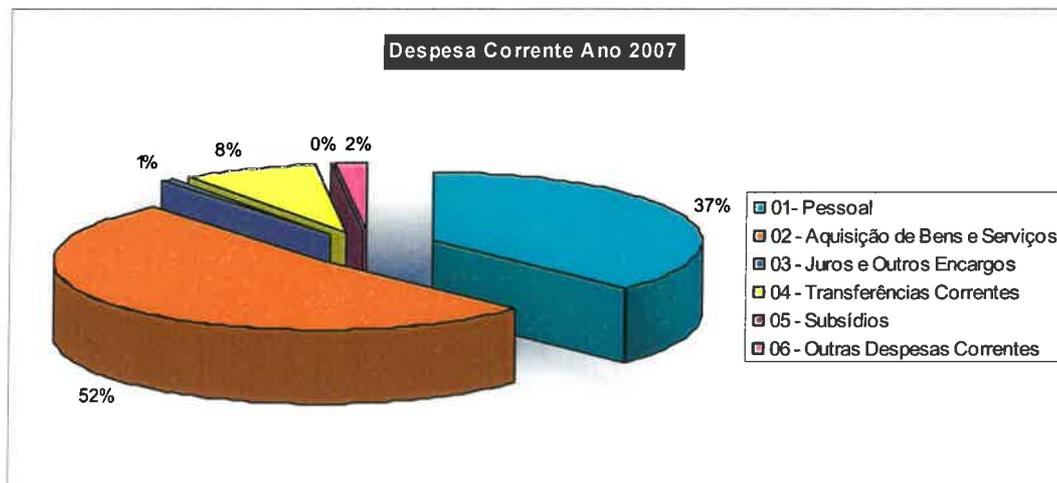
A evolução registada na despesa corrente reflecte a preocupação séria que este executivo tem tido na sua realização. No entanto, existem despesas correntes em que esse combate se mostra infrutífero, a avaliar, por exemplo, pelo défice de exploração acentuado no que respeita aos serviços básicos prestados pelo Município, sobretudo os referentes ao saneamento e à recolha e tratamento de lixo.

Valores Facturados no Triénio 2005 / 2007

Serviços	2005				2006				2007			
	Fact. ao Município	Fact. pelo Município	Diferenças		Fact. ao Município	Fact. pelo Município	Diferenças		Fact. ao Município	Fact. pelo Município	Diferenças	
			V.Absol.	%			V.Absol.	%			V.Absol.	%
Saneamento	210.289	81.211	-129.078	-61,38%	317.601	86.883	-230.718	-72,64%	275.383	96.456	-178.927	-64,97%
Rec. e Trat. Lixo	804.899	362.726	-442.173	-54,94%	852.247	362.665	-489.582	-57,45%	820.456	408.347	-412.109	-50,23%
Totais	1.015.188	443.937	-571.251	-56,27%	1.169.848	449.548	-720.300	-61,57%	1.095.839	504.803	-591.036	-53,93%



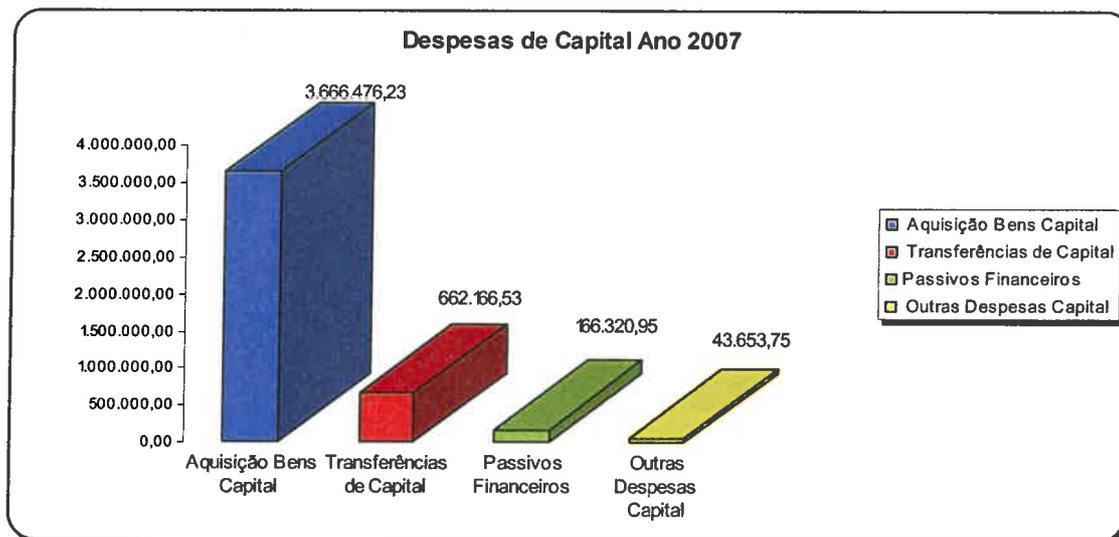
5.4.2 – Estrutura da Despesa Corrente



O gráfico anterior evidencia a estrutura da despesa corrente. A despesa com aquisição de bens e serviços e a despesa com o pessoal absorvem 89,15% do total da despesa corrente.

5.4.3– Rubricas da despesa com maior peso no conjunto da despesa corrente paga e respectivo comportamento no triénio de 2005 / 2007

Fornecedores	Tipo de Serviço ou Produto	Valor Pago (euros)		
		2005	2006	2007
Suma, Sa	Limpeza Higiene Urbana	441.424,96 €	615.056,18 €	686.348,18 €
EDP, Sa	Electricidade	667.914,84 €	785.360,52 €	797.516,71 €
Valorlis, Sa	Tratamento Resid. Sólidos	169.561,86 €	219.048,70 €	306.839,95 €
Simlis, Sa	Trat. Efluentes Urbanos	107.182,06 €	328.300,67 €	372.932,44 €
Repsol Portuguesa Sa	Fornecimento Combústivel	168.482,55 €	166.042,49 €	180.161,14 €
Associação Desportiva Portomosense	Fornecimento Almoços e Prolongamentos	176.632,41 €	205.429,83 €	370.340,63 €
Rodoviária do Tejo	Transporte de Alunos	172.823,71 €	190.988,89 €	278.676,99 €
Águas do Lena	Fornecimento de Água	98.057,07 €	86.657,87 €	43.170,25 €
EPAL	Fornecimento de Água	320.038,17 €	189.744,44 €	244.150,79 €
C.T.T.	Avença e Enc. Cob. Água	50.658,73 €	46.525,02 €	51.880,97 €
Total		2.372.776,36 €	2.833.154,61 €	3.332.018,05 €

**5.4.4 – Estrutura da Despesa de Capital****5.4.5 – Evolução da Despesa de Capital nos Últimos Três Anos (2005, 2006 e 2007)**

O quadro seguinte evidencia a desagregação das despesas de capital indicando o volume da despesa paga. A totalidade das despesas de capital ascendeu a 4.538.617,46 euros, reflectindo uma taxa de execução de 61,13%.

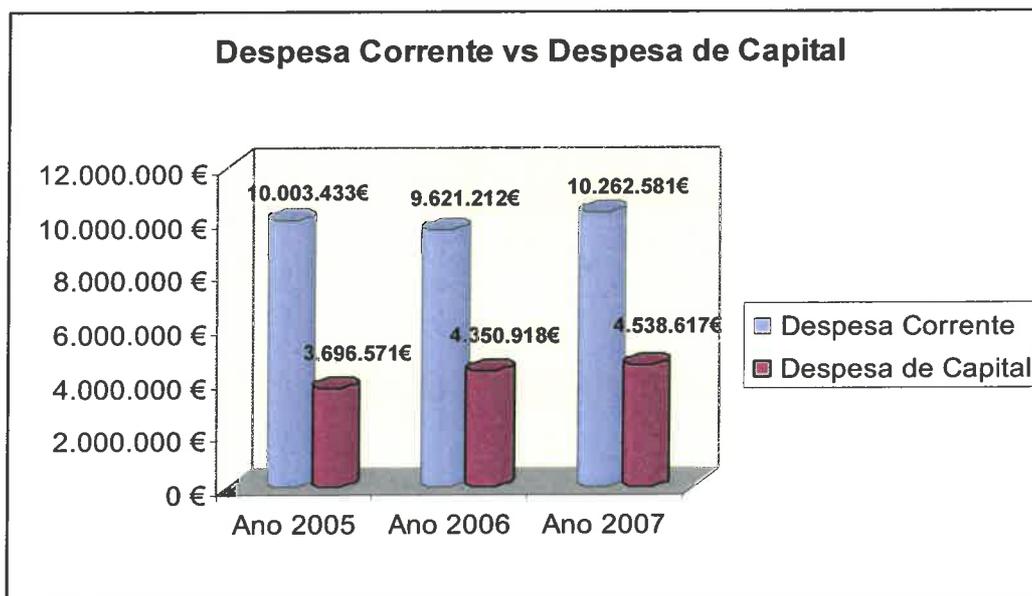
A rubrica de Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídas as obras públicas, representa 80,78 % do total das despesas de capital, registando uma taxa de execução de 57,07%.

Relativamente às Transferências de Capital, Passivos Financeiros e Outras Despesas de Capital, o grau de execução foi respectivamente de, 85,58 %, 94,12 % e 99,66 %, não tendo contribuído significativamente na realização das despesas de capital, dado que têm uma peso de 19,22 % no conjunto das mesmas.

Evolução Despesas Capital	Ano 2005	Ano 2006	Taxa de Variação 2005/2006	Ano 2007	Taxa de Variação 2006/2007
07 - Aquisição Bens Capital	2.966.872,33	3.754.187,91	26,54%	3.666.476,23	-2,34%
08 - Transferências de Capital	471.311,21	432.571,47	-8,22%	662.166,53	53,08%
10 - Passivos Financeiros	143.692,00	164.158,79	14,24%	166.320,95	1,32%
11 - Outras Despesas Capital	114.695,30		-100,00%	43.653,75	100,00%
Total	3.696.570,84	4.350.918,17	17,70%	4.538.617,46	4,31%



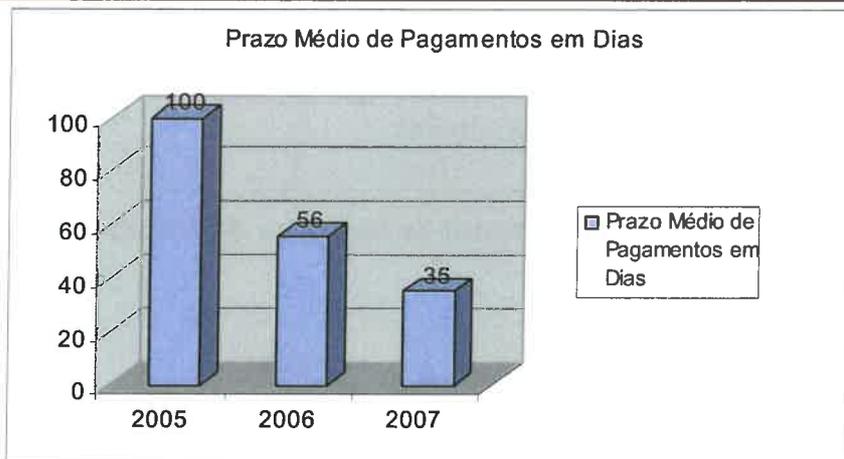
O gráfico seguinte mostra a evolução do volume de investimentos realizados (valores pagos) no município em cada um dos exercícios económicos referidos (2005, 2006 e 2007) e a sua relação com a despesa corrente.



6 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Tal como se pode observar pelo quadro e gráfico seguintes, o prazo médio de pagamentos diminuiu substancialmente durante o ano de 2007. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério. Se o fossem o prazo de pagamentos seria relativamente inferior.

Capítulos	2005	2006	2007
Aquis. Bens e Serviços	6.022.412,45 €	5.819.565,10 €	6.185.407,15 €
Aquis. Bens de capital	4.322.760,91 €	4.061.688,35 €	3.756.670,37 €
Total	10.345.173,36 €	9.881.253,45 €	9.942.077,52 €
Dívida a fornecedores	2.822.144,63 €	1.504.457,83 €	951.164,82 €
Prazo Médio em dias	100	56	35



7 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DE PLANO

7.1 - Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes

A execução das actividades mais relevantes representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, ao nível de acções que não resultam na aquisição de bens de investimento, mas são consideradas, pela sua materialidade e ou pela finalidade das mesmas de relevante interesse público para os munícipes, tendo uma natureza corrente.

O montante previsto para a execução das actividades mais relevantes no exercício de 2007 foi de 4.786.316,74 € e o montante global executado de 4.065.652,64 €, verificando-se um grau de execução de 84,94%. Para o elevado grau de execução destas actividades assume maior relevância as transferências entre administrações e o apoio a diversas entidades, relevando uma responsabilidade elevada da Autarquia em concretizar as expectativas criadas às mesmas.

Destacam-se também os gastos com a Educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2007, espelha o investimento inicial previsto pelo Município, que foi de 6.425.040,40 € e o valor executado de 3.666.476,23 €, verificando-se um grau de execução de 57,07%.

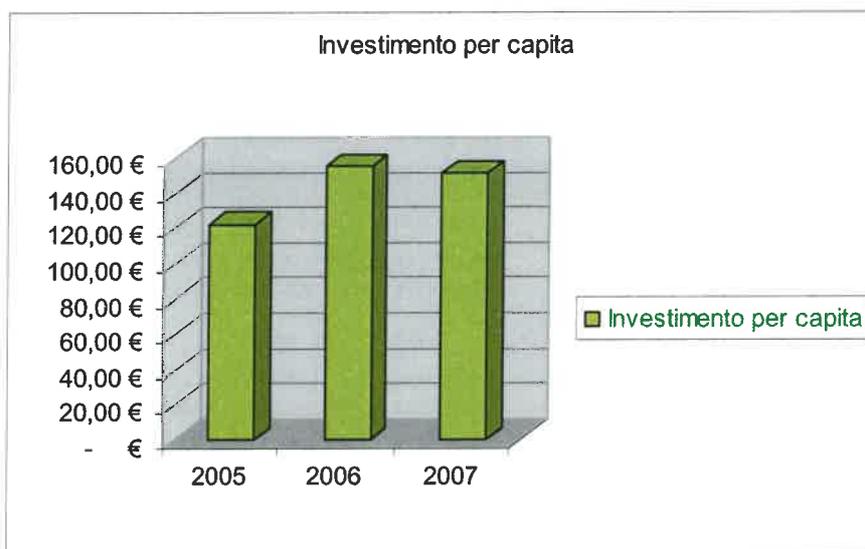
7.2.1 – Investimento por Habitante – Evolução no triénio em valor absoluto

O montante anual executado e pago do PPI por habitante evoluiu de forma favorável nos últimos três anos. Os valores evidenciados no quadro contemplam apenas os investimentos na aquisição de Bens de Capital (Investimento Directo).



As transferências efectuadas para as Juntas de Freguesia e Inst. sem fins lucrativos, a título de capital, não estão aqui consideradas.

Anos	Montante Executado	Nº de habitantes (censos 2001)	Investimento
2005	2.966.872,33 €	24.271	122,24 €
2006	3.754.187,91 €	24.271	154,68 €
2007	3.666.476,23 €	24.271	151,06 €



OBS: Convém salientar que as taxas de execução apresentadas são na óptica do pagamento. Caso se considerassem também as facturas não pagas, ou mesmo os trabalhos realizados ainda sem medições, que traduzem a execução física das obras, naturalmente que as taxas de execução seriam superiores.

**7.3 – Resumo das Grande Opções do Plano**

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2007 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 11.211.357,14 € e o valor executado de 7.732.128,87 €, verificando-se um grau de execução de 68,97%. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2007 por objectivos.

Obj/Prog.	Designação das Rubricas	Plano Inicial	Plano Final	Cabimento	Compromisso	Realizado Total	Pago
111	Administração Geral	530.312,00 €	398.859,22 €	361.193,69 €	361.193,69 €	360.831,90 €	316.955,19 €
120	Segurança e Ordem Públicas	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	564.535,00 €	146.710,00 €	136.205,80 €	136.205,80 €	136.205,80 €	136.205,80 €
2	Funções Sociais	9.969.820,00 €	7.840.210,52 €	7.088.761,98 €	7.088.761,98 €	5.775.343,98 €	5.349.124,04 €
210	Educação Jardins Infância	187.867,00 €	108.377,00 €	82.093,97 €	82.093,97 €	52.593,97 €	52.003,49 €
211	Ensino Básico	291.953,00 €	364.333,00 €	330.990,53 €	330.990,53 €	330.990,53 €	323.092,75 €
212	Serviços Auxiliares de Ensino	868.600,00 €	1.335.065,00 €	1.261.768,51 €	1.261.768,51 €	1.234.321,07 €	1.095.534,75 €
213	Ensino Profissional	50.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
220	Saúde	18.500,00 €	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
232	Acção Social	222.000,00 €	182.228,52 €	178.595,68 €	178.595,68 €	178.595,68 €	178.545,68 €
242	Ordenamento do Território	1.233.031,00 €	518.361,00 €	351.289,17 €	351.289,17 €	209.866,89 €	208.237,29 €
243	Saneamento	665.500,00 €	708.000,00 €	629.931,08 €	629.931,08 €	553.466,20 €	531.927,12 €
244	Abastecimento de Água	852.649,00 €	790.004,00 €	680.751,16 €	680.751,16 €	410.443,53 €	390.797,92 €
245	Resíduos Sólidos	1.100.000,00 €	1.253.000,00 €	1.204.629,06 €	1.204.629,06 €	1.204.629,06 €	997.673,36 €
246	Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	137.400,00 €	100.373,00 €	87.536,76 €	87.536,76 €	87.536,76 €	87.536,76 €
251	Cultura	2.275.720,00 €	279.819,00 €	226.880,57 €	226.880,57 €	226.880,57 €	225.608,68 €
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.759.500,00 €	1.735.250,00 €	1.601.684,12 €	1.601.684,12 €	926.680,26 €	898.826,78 €
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	6.000,00 €	42.500,00 €	40.800,00 €	40.800,00 €	40.800,00 €	40.800,00 €
254	Jardins e Arborizações	301.100,00 €	419.900,00 €	411.811,37 €	411.811,37 €	318.539,46 €	318.539,46 €
3	Funções Económicas	1.875.804,00 €	2.186.101,40 €	1.673.202,61 €	1.673.202,61 €	1.369.864,28 €	1.369.864,28 €
320	Industria e Energia	846.000,00 €	1.130.000,00 €	848.249,54 €	848.249,54 €	705.119,91 €	705.119,91 €
330	Transportes e Comunicações	1.004.554,00 €	1.045.601,40 €	819.953,07 €	819.953,07 €	659.744,37 €	659.744,37 €
340	Comércio e Turismo	11.250,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €
341	Mercados e feiras	12.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
342	Turismo	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
351	Investimentos Financeiros	1.000,00 €	5.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4	Outras Funções	667.000,00 €	639.476,00 €	559.979,56 €	559.979,56 €	559.979,56 €	559.979,56 €
420	Transferências Entre Administrações	667.000,00 €	639.476,00 €	559.979,56 €	559.979,56 €	559.979,56 €	559.979,56 €
Total		13.608.471,00 €	11.211.357,14 €	9.819.343,64 €	9.819.343,64 €	8.202.225,52 €	7.732.128,87 €



8 – RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos assumem nesta organização um papel importante.

Por um lado, o peso que a despesa com o pessoal representa na despesa total obriga a que a administração autárquica tenha cuidado na sua gestão, procurando não colocar em causa as imposições legais, emanadas da Administração Central, nesta matéria.

Por outro lado, tratando-se de um dos activos mais importantes deve fazer-se uma afectação eficaz e eficiente desse recurso de modo a garantir as condições mínimas para a prestação do serviço público à população.

8.1 – Evolução no Triénio de 2005 / 2007

O número de colaboradores ao serviço do Município aumentou em 6 unidades de 31.12.2006 para 31.12.2007, verificando-se ainda assim, uma redução de 18 colaboradores relativamente a 2005.

Este aumento global de seis unidades, ficou a dever-se, nomeadamente, à criação de condições físicas que permitiram uma maior quantidade de almoços servidos aos alunos do 1ºciclo e pré-escolar e ao prolongamento do período de funcionamento dos estabelecimentos do ensino pré-escolar até às 17h30.

Este aumento está ainda influenciado pela existência de 3 trabalhadores no regime de Estagiários do Programa “PEPAL”. Estes trabalhadores, pela natureza do seu trabalho e vínculo contratual, não deverão ser considerados como aumento de efectivos ao serviço do Município.

Tipos De Vinculo	Número de Trabalhadores		
	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007
Pessoal do quadro	223	214	210
Contratados a termo certo	36	32	35
Contratos a tempo parcial	30	28	35
Estagiários Cont. Adm. Provimto	5	1	0
Estagiários do Pepal	-	-	3
Contratados POC's	33	27	25
Avençados	9	10	10
TOTAL	336	312	318

Obs: Dados a 31 de Dezembro de 2007



O quadro seguinte evidencia a distribuição de recursos humanos pelos diversos serviços do Município.

SERVIÇOS	2005	2006	2007
Serviços de Assessoria (Gabinetes)	15	15	15
Divisão de Economia e Finanças	24	23	23
Divisão de Recursos Humanos e Gestão Administrativa	11	11	11
Divisão Sócio Cultural e Desportiva	158	138	147
Divisão do Planeamento	9	9	6
Divisão de Licenciamento Urbano	14	14	13
Divisão Obras Públicas	2	2	2
Divisão Serviços Municipais e Ambiente	103	100	101
TOTAL	336	312	318

8.2 – Despesas com o Pessoal, Evolução no Triénio de 2005 / 2007

Em 2007 as despesas com pessoal ascenderam a 3.823.194,22 €, verificando-se um decréscimo de 40.039,86 € (1,04%). Inclui-se neste valor as despesas não só com o total de colaboradores com os diferentes vínculos contratuais, mas também com os membros dos Órgãos Autárquicos.

Esta despesa resulta do somatório das remunerações certas e permanentes, com os abonos variáveis ou eventuais e com os encargos sociais inerentes.

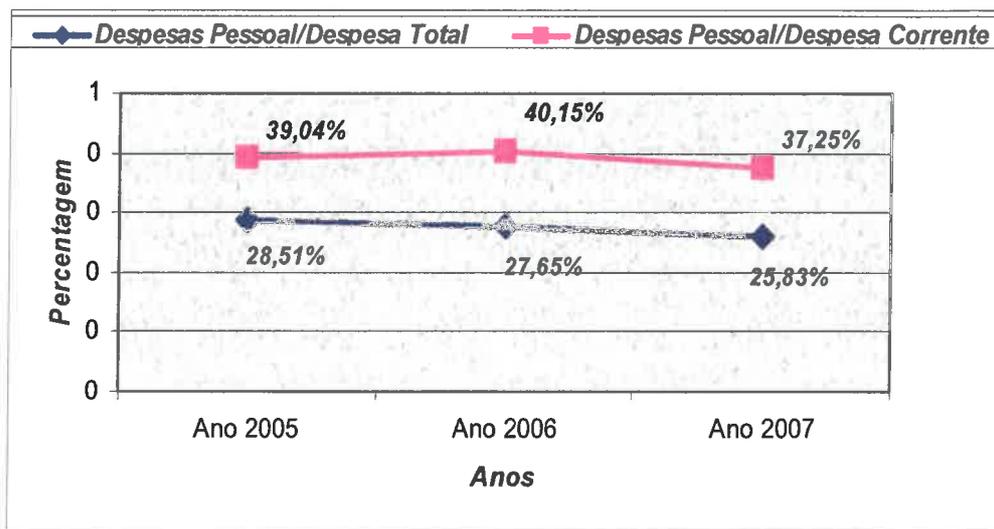


Resumo dos encargos com o pessoal no triénio de 2005 / 2007. Quadro e Gráfico.

Resumo dos Encargos com o Pessoal				
0101	Assembleia Municipal	2005	2006	2007
01	Despesas com pessoal	11.629,64 €	14.434,35 €	13.105,82 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	11.524,22 €	14.323,78 €	12.988,75 €
010203	Alimentação e alojamento	101,50 €	0,00 €	0,00 €
010204	Ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
010213	Outros suplementos e prémios	11.422,72 €	14.323,78 €	12.988,75 €
0103	Segurança social	105,42 €	110,57 €	117,07 €
010309	Seguros	105,42 €	110,57 €	117,07 €
0102	Câmara Municipal			
01	Despesas com pessoal	3.893.954,10 €	3.848.889,73 €	3.810.088,40 €
0101	Remunerações certas e permanentes	3.219.129,22 €	3.096.042,78 €	3.063.739,15 €
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	104.649,36 €	116.932,62 €	118.727,62 €
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	1.772.740,76 €	1.816.475,26 €	1.811.440,14 €
010106	Pessoal contratado a termo	299.217,37 €	257.033,85 €	284.085,10 €
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	69.670,58 €	67.358,58 €	52.885,79 €
010108	Pessoal aguardando aposentação	2.841,79 €	343,88 €	2.807,43 €
010109	Pessoal em qualquer outra situação	179.341,13 €	73.007,43 €	35.901,38 €
01010901	Estágios Profissionais	47.159,35 €	20.259,75 €	
01010902	Outros	132.181,78 €	52.747,68 €	
010111	Representação	28.429,11 €	30.277,56 €	30.277,56 €
010113	Subsídio de refeição	270.906,37 €	253.864,79 €	249.318,78 €
01011301	Pessoal dos quadros	186.833,78 €	183.761,02 €	182.354,12 €
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	84.072,59 €	66.236,48 €	62.934,66 €
01011303	Membros dos órgãos autárquicos		3.867,29 €	4.030,00 €
010114	Subsídio de férias e de Natal	413.187,86 €	401.267,27 €	392.909,67 €
01011401	Pessoal dos quadros	319.474,11 €	324.137,82 €	325.066,59 €
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	93.713,75 €	58.835,41 €	49.272,70 €
01011403	Membros dos órgãos autárquicos		18.294,04 €	18.570,38 €
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	78.144,89 €	79.481,54 €	85.385,68 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	155.355,50 €	108.789,99 €	80.450,51 €
010202	Horas extraordinárias	136.601,40 €	68.507,41 €	60.886,19 €
010203	Alimentação e alojamento	51,50 €	0,00 €	0,00 €
010204	Ajudas de custo	7.192,47 €	2.553,23 €	3.410,47 €
010205	Abono para falhas	1.376,45 €	1.429,32 €	1.387,08 €
010206	Formação	5.696,14 €	2.219,77 €	2.184,27 €
010211	Subsídio de turno	0,00 €	7.210,16 €	6.788,06 €
010212	Indemnizações por cessação de funções	757,44 €	22.437,90 €	1.175,00 €
010213	Outros suplementos e prémios	3.680,10 €	4.432,20 €	4.619,44 €
0103	Segurança social	519.469,38 €	644.056,96 €	665.898,74 €
010301	Encargos com a saúde	52.247,26 €	135.342,04 €	125.409,38 €
010302	Outros encargos com a saúde	52.086,10 €	45.622,11 €	51.904,20 €
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	25.119,41 €	28.598,46 €	30.506,12 €
010304	Outras prestações familiares	8.760,00 €	5.335,56 €	6.423,00 €
010305	Contribuições para a segurança social	331.366,14 €	386.407,62 €	421.404,96 €
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	228.960,41 €	297.087,14 €	342.460,51 €
01030503	Segurança social-Regime geral	102.405,73 €	89.320,48 €	78.944,45 €
010309	Seguros	49.890,47 €	42.751,17 €	30.251,08 €
	Total das Despesas com o Pessoal	3.905.583,74 €	3.863.324,08 €	3.823.194,22 €



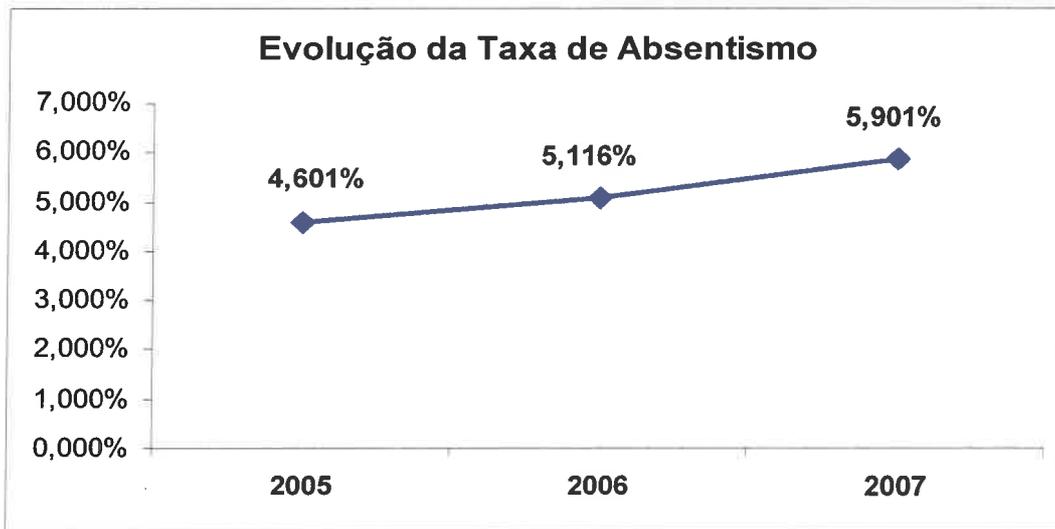
Ao analisar a evolução das Despesa de Pessoal nas Despesa Total e na Despesa Corrente da Autarquia verifica-se que no ano 2007 as despesas com o pessoal representaram 37,25% das despesas correntes e 25,83% das despesas totais do mesmo ano. O gráfico seguinte evidencia a evolução dos dois rácios Despesa de Pessoal/Despesa Total e Despesa de Pessoal/Despesa Corrente nos últimos três anos.



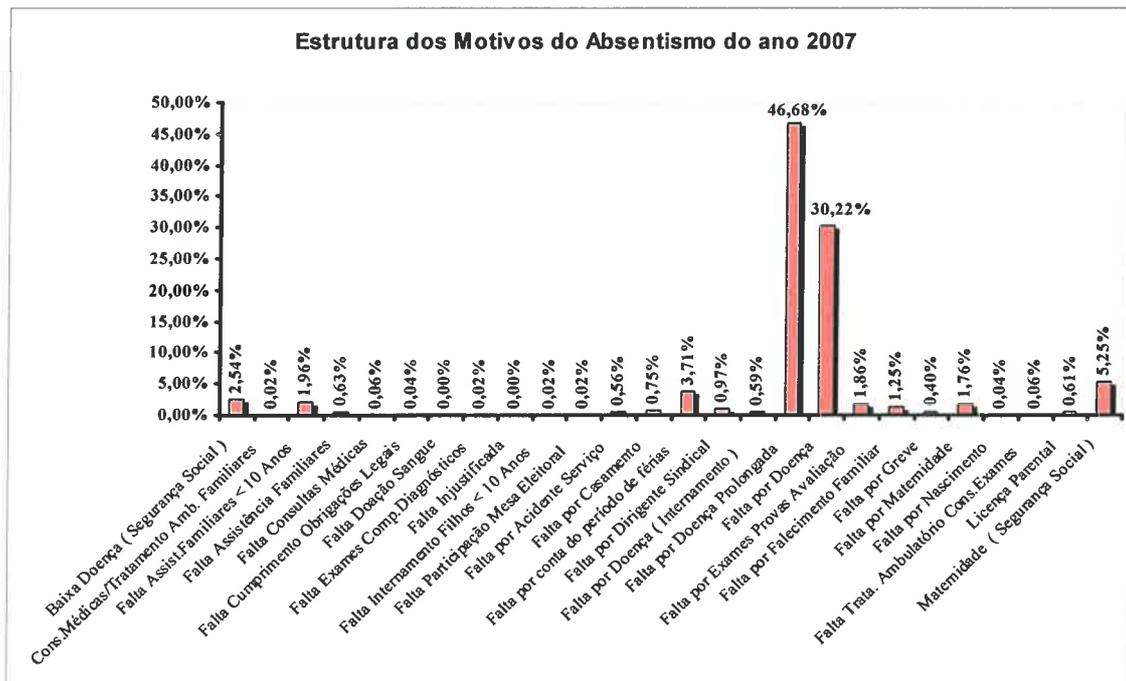


8.3 Absentismo

A taxa de absentismo é uma relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis verificando-se que este indicador, em 2007, foi 5,90%. O acréscimo verificado no ano 2007 relativamente ao ano transacto, resultou sobretudo do aumento de faltas por doença prolongada e falta por doença.



Os motivos para a ausência no ano 2007 foram aqueles que constam no gráfico seguinte.



Em termos de motivos para o absentismo no ano 2007, a doença e a doença prolongada em conjunto, contribuíram com cerca de 76,90 %, sendo a principal causa para as faltas dos funcionários.



9 – Indicadores Gerais da Actividade

9.1 – Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2005 / 2007

Sobre a evolução das contas do Município nos últimos três anos, apresentamos alguns indicadores da gestão e da actividade.

De uma forma geral os indicadores registados em 2007, não podem deixar de se considerar positivos. A maior parte deles representam mesmo a concretização dos objectivos traçados para este exercício, com especial relevância para aqueles que se referem a domínios da gestão da Autarquia em que foi preciso intervir de forma mais firme e decidida, com vista a corrigir uma trajectória que, de forma alguma, poderia continuar com a tendência verificada em anos anteriores.

RÁCIOS	2005	2006	2007
Receita Total	99,39%	100,12%	101,15%
Despesa Total			
Pessoal	37,87%	36,13%	33,64%
Receitas Correntes			
Despesas Correntes	96,99%	89,98%	90,29%
Receitas Correntes			
Despesas de Capital	111,92%	135,46%	126,47%
Receitas de Capital			
Despesa Total	100,61%	99,88%	98,87%
Receita Total			
Investimento	21,79%	26,84%	24,49%
Receita Total			
Receitas próprias	42,31%	44,77%	43,66%
Receita Total			
Receitas Correntes	75,74%	76,44%	75,92%
Receita Total			
Transferências Correntes	33,45%	32,07%	34,05%
Receita Total			
Transferências Correntes	44,17%	41,96%	44,85%
Receitas Correntes			
Transferências Capital	96,90%	90,73%	79,20%
Receitas Capital			
Despesas Correntes	73,02%	68,86%	69,34%
Despesa Total			
Despesa Capital	26,98%	31,14%	30,66%
Despesa Total			
Despesa Pessoal	28,51%	27,65%	25,83%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Correntes	33,26%	33,08%	35,98%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Capital	21,66%	26,87%	27,77%
Despesa Total			

**10 – Análise da Situação Económica e Financeira****10.1 – Balanço e Demonstração de Resultados**

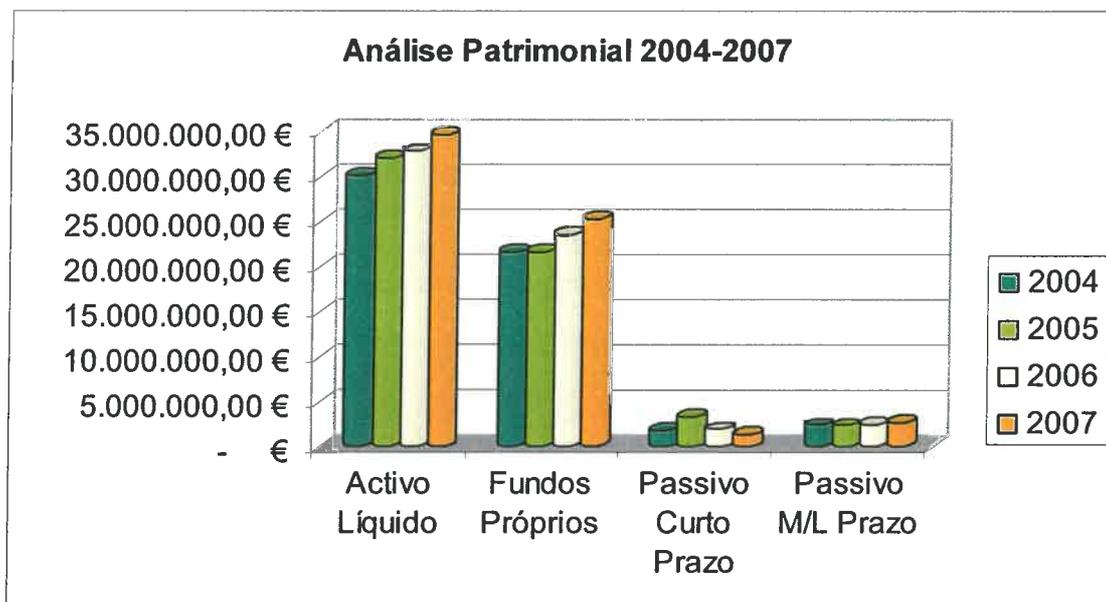
O Balanço demonstra a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2007, comparando-a com a do ano anterior, e a Demonstração de Resultados destina-se a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através da análise todos os custos e proveitos incorridos e obtidos ao longo do ano.

Un.: Euros

Balanço	2005	2006	2007
Activo	32.062.859,31	32.873.412,89	34.634.828,10
<i>Activo Fixo</i>	<i>30.210.594,34</i>	<i>30.900.580,74</i>	<i>32.215.411,34</i>
• Imobilizado	30.210.594,34	30.900.580,74	32.215.411,34
<i>Activo Circulante</i>	<i>1.852.264,97</i>	<i>1.939.070,96</i>	<i>2.387.910,86</i>
• Existências	1.359.210,73	1.496.679,64	1.781.633,50
• Dívidas de Terceiros	52.611,16	51.078,94	50.872,57
• Disponibilidades	440.443,08	391.312,38	555.404,79
Acréscimos e Diferimentos	0,00	33.761,19	31.505,90
Fundos Próprios	21.606.908,59	23.598.554,91	25.401.994,98
• Património	17.236.551,70	17.236.551,70	17.236.551,70
• Reservas	56.647,50	57.853,02	157.399,82
• Resultados Transitados	4.289.598,97	4.313.214,24	6.204.603,39
• Resultados Líquidos	24.110,42	1.990.935,95	1.803.440,07
Passivo	10.455.950,72	9.274.857,98	9.232.833,12
• Dívidas a Terceiros – médio e longo prazo	2.373.036,89	2.448.785,10	2.760.054,13
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	3.421.784,96	1.966.533,86	1.371.412,31
Acréscimos e Diferimentos	4.661.128,87	4.859.539,02	5.101.366,68

O total do Activo Líquido atingiu em 2007 o montante de 34.634.828,10€, traduzindo um acréscimo de 5,36% face ao ano transacto, impulsionado essencialmente pelo aumento do Activo Fixo. Relativamente ao Passivo, verificou-se uma diminuição em 0,45%, no valor de 42.024,86€, justificado na sua maior parte pela redução das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo.

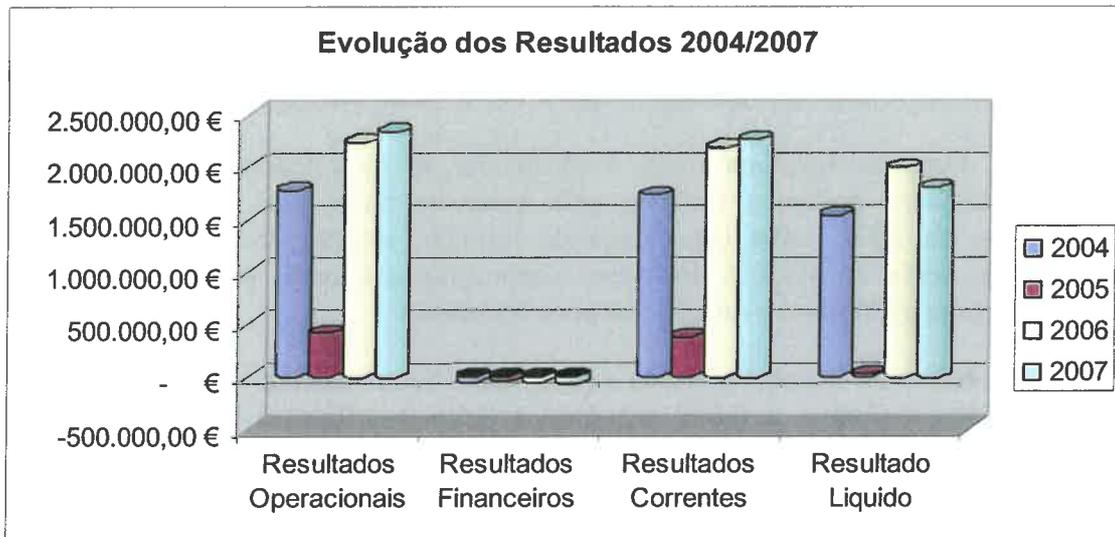
A expressiva rubrica de proveitos diferidos de 5.101.366,68 €, diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.



O Resultado Líquido de Exercício de 2007 totalizou 1.803.440,07€, o que representa um decréscimo no montante de 187.495,88€ comparativamente ao ano anterior. Esta evolução, e conforme se pode constatar pelo quadro seguinte, foi condicionada principalmente pelo impacto negativo dos Resultados Financeiros e Extraordinários.

O Valor do Resultado Líquido assumiu uma importância relevante, cerca de 10,46% do património do Município.

Resumo da Demonstração de Resultados		2005	2006	2007
Resultados Operacionais:	(A)	415.962,88	2.235.770,44	2.338.319,38
Resultados Financeiros:	(B)	-36.823,70	-49.914,02	-70.019,38
Resultados Correntes:	(A) +(B)	379.139,18	2.185.856,42	2.268.300,00
Resultados Extraordinários:	(C)	-355.028,76	-194.920,47	-464.859,93
Resultado Líquido de Exercício:	(A) +(B) + (C)	24.110,42	1.990.935,95	1.803.440,07



10.2 - Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores de gestão são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico-financeiro de uma edilidade.

De seguida apresenta-se uma breve análise de alguns rácios que evidenciam a posição financeira do Município de Porto de Mós.

Indicadores		Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007
Rendibilidade Líquida do Activo	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Activo}}$	0,075%	6,06%	5,21%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	54,13%	98,60%	174,12%
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	12,87%	19,90%	40,50%
Índice de Solvência	$\frac{\text{Dívidas a Terceiros}}{\text{Activo Total}}$	18,07%	13,43%	11,93%
Índice de Autonomia	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo Total}}$	67,39%	71,79%	73,34%

A Rendibilidade Líquida do Activo, permite averiguar o grau de eficiência da autarquia na utilização dos recursos patrimoniais, e na relação entre os custos e os proveitos. O resultado deste rácio indica-nos que no decorrer do exercício de 2007, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os custos a serem inferiores aos proveitos em cerca de 5% do Activo.

A Liquidez Geral permite analisar a capacidade de endividamento para, utilizando as disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo. Quanto mais equilibrado estiver este rácio (disponibilidades próximas dos compromissos), maior a capacidade da autarquia para pagar as dívidas de terceiros de curto prazo. Podemos verificar que no final de 2007,



assim como se tinha verificado no ano de 2006, o Município com o valor do activo circulante consegue fazer face à totalidade das dívidas de terceiros de curto prazo, que se comprova com um rácio de liquidez geral de aproximadamente 174%.

A Liquidez Imediata mede a existência de dificuldades de Tesouraria no momento. Como podemos verificar pelo valor do rácio, este município a 31 de Dezembro de 2007, tinha capacidade de liquidar, através de disponibilidades de tesouraria, cerca de 40,50% dos seus compromissos a curto prazo, verificando-se portanto, uma melhoria em relação aos anos transactos.

O Índice de Solvência indica a capacidade que o município tem, de com o seu Activo Total, enfrentar o futuro solvendo as responsabilidades assumidas a médio, longo e curto prazos. O rácio de 11,93% no ano de 2007 evidencia um aumento capacidade da autarquia para o cumprimento das suas obrigações face a terceiros e portanto uma fraca dependência relativamente aos credores, tal como se tem verificado nos anos anteriores.

O Índice de Autonomia traduz a situação da edilidade no que diz respeito à (in) dependência face a terceiros, isto é, mede até que ponto a actividade da autarquia está a ser financiada por Fundos Próprios. Quanto maior o seu valor menos dependente está dos seus credores. O rácio de aproximadamente 74% evidencia que para levar a cabo as iniciativas municipais, o recurso a crédito de terceiros teve uma dimensão relativamente baixa.

10.3 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

10.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL.

Ponto 8.2.1 Não se aplica.

Ponto 8.2.2 Não se aplica.

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído. No que respeita à valorização das estradas municipais, caminhos municipais, vias municipais e alguns parques e jardins, esta resultou da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza desses bens e efectuados por um técnico pertencente à Câmara Municipal.

Durante o ano de 2007 as imobilizações corpóreas foram avaliadas e registadas ao custo de aquisição.

**b) Existências**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

c) Amortizações

As amortizações dos activos imobilizáveis foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

As amortizações do exercício de 2007 correspondem às evidenciadas no mapa das Amortizações e Provisões na coluna reforço e as amortizações acumuladas correspondem no mapa ao saldo final. O valor das amortizações acumuladas a regularizar derivado dos bens abatidos ao inventário está evidenciado no referido mapa na coluna regularizações.

e) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos na rubrica vendas e prestação de serviços são representados maioritariamente pela facturação de água.

f) Outras Prestações de Serviços

Os valores indicados nesta rubrica resultam essencialmente dos serviços prestados na ligação e restabelecimento à rede de água, no aluguer dos contadores, na execução de ramais, serviços sociais, entre outras.

g) Fornecimento e Serviços Externos

Nesta conta foram registados encargos de instalações, trabalhos especializados, conservação e reparação de bens, seguros, entre outros custos decorrentes da actividade da Câmara Municipal.

Ponto 8.2.4 Não se aplica

Ponto 8.2.5 Não se aplica

Ponto 8.2.6 Não se aplica

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Activo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Activo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão reflectidos nos mapas em anexo.

Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

**Notas a algumas contas:****Imobilizado em Curso**

Existem bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, que não foram transferidos para imobilizado dado que ainda não estão registados em nome do município.

Bens Adquiridos em Estado de Uso

Não houve no ano 2007 aquisição de bens adquiridos em estado de uso.

Abates e Transferências de Bens do Activo Imobilizado

Durante o ano 2007 foram feitas transferências de bens do activo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Ponto 8.2.9 Não se aplica

Ponto 8.2.10 Não se aplica

Ponto 8.2.11 Não se aplica

Ponto 8.2.12 Imobilizações em Poder de Terceiros

Entidade	Nº Contribuinte	Terrenos	Edifícios	Habitações	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.047,48 €			
Optimus Towering - Gestão de Torres e Tel.,Sa	505664798	3.859,76 €			
TMN - Telecomunicações Moveis Nacionais	502600268	2.702,16 €			
PECF - Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411				154.908,34 €
EDP - Distribuição Energia, Sa	507846044				629.153,24 €
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz	505076837		300,00 €		
Sousa, Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815		6.894,85 €		
Habitação Social				315,21 €	
Boas Sugestões - Restaurante Unipessoal, Lda (Bar Piscina Municipal)	507432568		1.815,00 €		
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860		525,00 €		
Coral Calçada Romana - Associação Cultural	502881860		675,00 €		
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450		150,00 €		
Total		11.609,40 €	10.359,85 €	315,21 €	784.061,58 €

**Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira**

No ano 2007 não existiram bens em regime de Locação Financeira.

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Dada a morosidade de todo o processo de Inventário e avaliação de todos os bens pertencentes ao património do Município de Porto de Mós, não foi ainda possível o levantamento das redes de abastecimento de água do Concelho.

Inventariadas estão as redes de água que vão sendo construídas, ampliadas ou remodeladas, os reservatórios e as estações elevatórias.

Por outro lado existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muitos antigos, não foram possíveis as suas valorizações. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objecto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

Ponto 8.2.15 (Não se aplica)**Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2007 as partes de capital em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Acções	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2400-098 Leiria	16 211 Acções 1,6434%	(a)	(a)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco, Parceiros, Apartado 157 2401-971 Leiria	17 320 Acções 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Dr. Luís Navega, Edifício Comercial, Piso 1, Loja 7 3780-541 Curia	1 500 Acções 1,95%	(a)	(a)
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial Rua de Espanha, lote 8 Apartado 78 2431-90 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2007 o Município de Porto de Mós manteve a Garantia Bancária, no montante de 79.082,61€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A, que registou um aumento neste ano.



Ponto 8.2.17 Não se aplica

Ponto 8.2.18 Não se aplica

Ponto 8.2.19 Não se aplica

Ponto 8.2.20 Não se aplica

Ponto 8.2.21 Não se aplica

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros correspondem sobretudo a receitas de água não cobradas e virtualizadas. Não foram constituídas provisões para cobrança duvidosa dado que consideramos que não foram feitos todos os esforços de cobrança, pelo que o risco de incobrabilidade não está ainda devidamente justificado.

Ponto 8.2.23 Não se aplica

Ponto 8.2.24 Não se aplica

Ponto 8.2.25 Não se aplica

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

Ponto 8.2.27 (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas)

Ponto 8.2.28 Não se aplica

Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

Ponto 8.2.30 Não se aplica

Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2007 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2007 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.



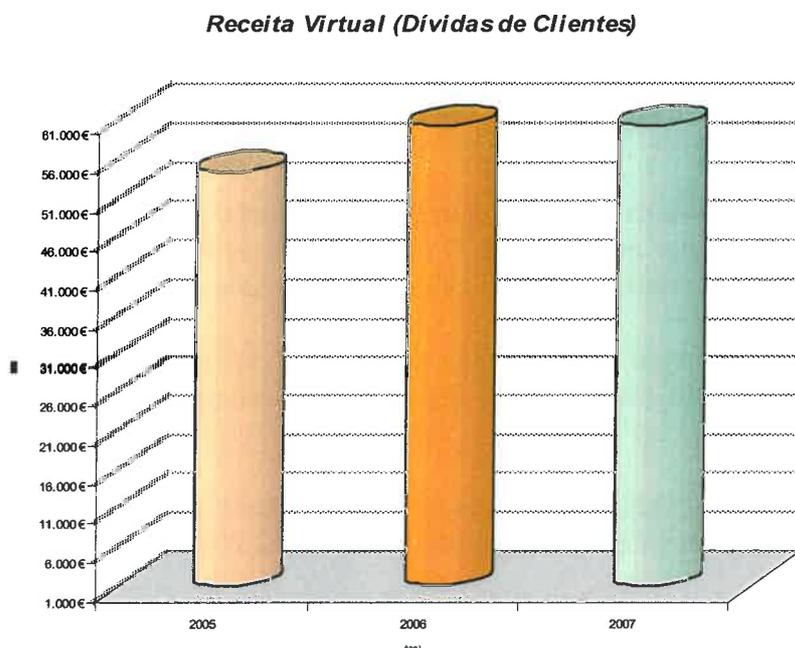
11- Análise da Dívida

11.1 – Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

11.1.1 - Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2005 / 2007

O Município presta serviços à população, nomeadamente o abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, pelo qual cobra um preço, estabelecido pelo Executivo Camarário. O pagamento desses serviços é efectuado com uma periodicidade bimensal. No entanto, alguns “clientes” / Múncipes não cumprem os prazos estabelecidos para o seu pagamento, pelo que o montante da dívida relativa a tais serviços ascidia a 60.188,05 € em 31.12.2007, tendo sofrido um aumento insignificante relativamente ao ano 2006 de 0,3%

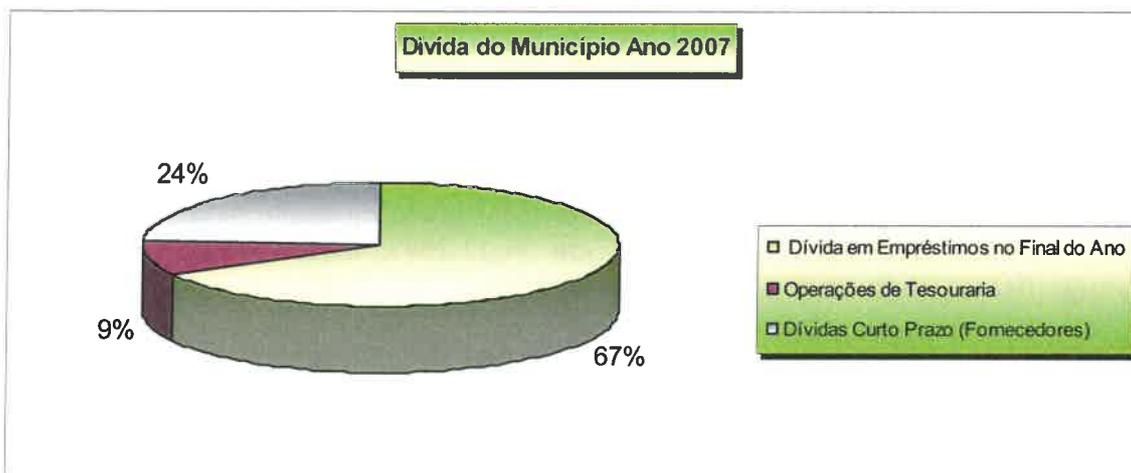
O gráfico seguinte mostra a evolução dessa dívida.





11.1.2 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2005 / 2007

11.1.2.1 – Estrutura da Dívida



11.1.2.2 – Evolução da Dívida no Triénio 2004 / 2006

Em 31/12/2007 a dívida global a terceiros (facturada) ascendia a 4.131.466,44 €, quando no ano anterior era de 4.415.318,96 €, verificando-se assim, que a mesma foi reduzida em 6,43%, relativamente ao valor de 31.12.2006.

Registou-se um aumento do passivo de longo prazo (empréstimos) em 12,71%. Este aumento deve-se à utilização de parte dos dois últimos empréstimos contraídos.

No que se refere à dívida de curto prazo (fornecedores), continuou a verificar-se uma redução significativa, face ao valor existente em 31.12.2006 (menos 38,07%).

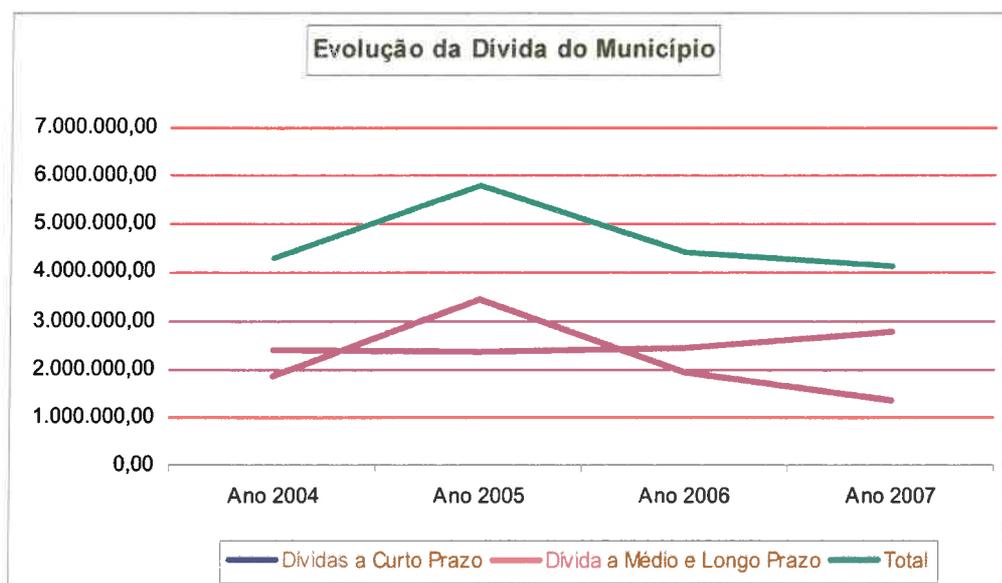
Un.: Euros

	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007
Dívida Financeira			
Dívida em Empréstimos no Final do Ano	2.373.036,89	2.448.785,10	2.760.054,13
Dívida Operacional			
Leasing	36.139,43		
Operações de Tesouraria	356.073,88	374.669,44	385.613,88
Dívidas Curto Prazo (Fornecedores)	3.029.571,65	1.591.864,42	985.798,43
Total Dívida Operacional	3.421.784,96	1.966.533,86	1.371.412,31
Total Geral	5.794.821,85	4.415.318,96	4.131.466,44

Nota: Operações de tesouraria incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e caucões prestadas.



Concluimos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos com os seus fornecedores dentro de prazos bastante atractivos.



12 – LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro introduz um novo conceito de Endividamento autárquico, e define outros níveis de controlo do endividamento, são eles:

1 – **Endividamento Líquido Municipal**, que como estabelece o nº 1 do artigo 36º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), “é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”. Dispõe o nº 1 do artigo 37º da referida Lei, bem como o nº 2 do artigo 33º do Orçamento de Estado para o ano 2007, que o montante do endividamento líquido total de cada município, a 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125 % do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior;

2 – **Limite Geral dos Empréstimos dos Municípios**, que como estabelece o nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), bem como o nº 1 do artigo 33º do Orçamento de Estado para o ano 2007, o montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no



IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior.

O município que não cumpra os limites acima mencionados, deve reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10 % do montante que excede o limite violado, sob pena da correspondente redução dos fundos provenientes do FEF.

Assim, de acordo com o disposto na Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais) e tendo em conta o disposto no artigo 33º do Orçamento de Estado para o ano 2007, foram apurados os Limites de Endividamento Municipal para 2007 conforme se demonstra no quadro nº 1.

Quadro nº1 – Demonstração do cálculo dos limites ao Endividamento Municipal para 2007

	Designação	Montante	Observações
(1)	IMI 2006	1.386.636,55 €	Receitas arrecadadas em 2006 por conta de impostos municipais
(2)	IMT 2006	668.352,47 €	
(3)	IMV 2006	281.677,64 €	
(4)	CA 2006	90.094,80 €	
(5)	SISA 2006	71.920,60 €	
(6)	Derrama 2006	11.146,45€	Receitas arrecadadas em 2006 a título de derrama sobre IRC
(7)	SEL 2006	0,00€	
(8)	Fundos Municipais OE/2006	6.373.235,00€	
(9)	Total das Receitas p/ efeitos do cálculo do Limite de Endividamento	8.883.063,51€	(9) = Somatório de (1) a (7) + (8)
(10)	Limite ao Endividamento de Curto Prazo	888.306,35€	(10) = 10% x (9)
(11)	Limite ao Endividamento de médio e Longo Prazos	8.883.063,51€	(11) = 100% x (9)
(12)	Limite ao Endividamento Líquido	11.103.829,39€	(12) = 125% x (9)

A situação face aos limites do endividamento deste município reportados a 31/12/2007 encontra-se demonstrada no quadro nº 2.

**Quadro nº 2 – Situação face aos limites ao endividamento municipal para o ano 2007**

	Designação	Montante em 31/12/2007	Observações
(1)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	2.786.399,01€	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de médio e longo prazos, acrescido do empréstimo na AMAE
(2)	Endividamento Líquido	3.298.562,00€	Corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento, não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
(3)	Capital em dívida excepcionado dos Limites de Endividamento	535.162,75€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º 33 do OE/2007
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00 €	
(5)	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	2.251.236,26€	(5) = (1) - (3)
(6)	Endividamento Líquido a considerar	2.763.399,25€	(6) = (2) - (3) - (4)

Quadro nº 3 – verificação do cumprimento dos limites reportado a 31/12/2007

	Designação		Observações
(A)	Endividamento Médio e Longo Prazos (Capacidade de Endividamento Disponível)	6.631.827,25€	(A) = Limite ao endividamento de médio e longo prazos (nº 2 do artigo 39º da lei das Finanças locais) estabelecido no (11) do quadro nº 1 – (5) do quadro nº 2
(B)	Endividamento Líquido (Meios Líquidos Libertos)	8.340.430,14€	(B) = Limite legal do endividamento líquido (nº 1 do artigo 37º da lei das Finanças locais) estabelecido no (12) do quadro nº 1 – (6) do quadro nº 2

Da análise dos quadros anteriores verifica-se que o Município de Porto de Mós cumpriu os limites legais impostos, concluindo-se, também, que a nossa capacidade para contrair dívida de médio e longo prazo cresceu, em relação ao rateio concedido pela Direcção Geral das Autarquias Locais para o ano anterior (2006).

Para avaliar os efeitos da nova Lei das Finanças Locais, no limite geral dos empréstimos de médio e longo prazos e no endividamento líquido municipal, determinamos a capacidade de endividamento disponível de cada um, reportado aos últimos três anos, e cujos valores se encontram reflectidos nos quadros seguintes.

**Cálculo da Capacidade de Endividamento****Quadro nº 1 – Limite Geral dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos**

Designação	Montante em 31/12/2005	Montante em 31/12/2006	Montante em 31/12/2007
Limite Geral dos Empréstimos do Município de Médio e Longo Prazos	8.378.023,19 €	8.629.432,67 €	8.883.063,51 €
Divida do Município Referente a Empréstimos de M/L Prazos	2.413.684,89 €	2.477.090,10 €	2.786.399,01 €
Valor dos Empréstimos Não Considerados (Nº6, Art.º39, LFL) – Investimento FEDER	624.457,04 €	579.809,90 €	535.162,75 €
Capacidade de Endividamento Utilizada	1.789.227,85 €	1.897.280,20 €	2.251.236,26 €
	21,36%	21,99%	25,34%
Capacidade de Endividamento Disponível	6.588.795,34 €	6.732.152,47 €	6.631.827,25 €
	78,64%	78,01%	74,66%

Quadro nº 2 – Endividamento Líquido Municipal

Designação	Montante em 31/12/2005	Montante em 31/12/2006	Montante em 31/12/2007
Limite ao Endividamento Líquido	10.472.528,99€	10.786.790,84€	11.103.829,39€
Endividamento Líquido a considerar	4.475.060,96€	3.164.225,10€	2.763.399,25€
	42,73%	29,33%	24,89%
Endividamento Líquido Disponível (meios Líquidos Libertos)	5.997.468,03€	7.622.565,74€	8.340.430,14 €
	57,27%	70,67%	75,11%

13 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2007 foi de 1.803.440,07 €. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 31 de Março de 2008

O Presidente da Câmara,

João Salgueiro



14 - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2007

- Activo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Activo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edificios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários